



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 047

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

## SESSÃO Nº 047

### SUMÁRIO

<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão Ordinária .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Indicações .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	10
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	12
Dep. José Domingos Scarpellini .....	13
Dep. Barbosa Neto .....	14
Dep. Ratinho Júnior .....	15
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	16
Dep. Elza Correia .....	18
Dep. Waldir Leite .....	20
<b>Grande Expediente (Jornada de Agro-Ecologia):</b>	
Sr. Marcos Rochinski .....	20
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT: Dep. Neivo Beraldin .....	12
Liderança do PFL: Dep. Plauto Miró Guimarães .....	16
Liderança do PMDB: Dep. Elza Correia .....	18
Liderança do PT: Dep. Ângelo Vanhoni .....	22
Liderança do PSDB: Dep. Valdir Rossoni .....	24
Liderança da Oposição: Dep. Valdir Rossoni .....	25
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	27
Discussão / Votação .....	27
3ª Discussão .....	27
2ª Discussão .....	27
1ª Discussão .....	30
Discussão Única (Indicações) ...	31
Requerimentos .....	31
<b>Explicações Pessoais:</b>	
Dep. José Domingos Scarpellini .....	32
<b>Encerramento da Sessão Ordinária .....</b>	<b>34</b>

## 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005 (segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Geraldo Cartário.

### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Artágão Júnior, Chico Noroeste, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner e Hermes Fonseca (08).

### Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Indicação****INDICAÇÃO Nº 022/2005**

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, vem mui respeitosamente, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, SUGERIR ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que determine ao Sr. Aldo José Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, seja procedida a chamada dos candidatos aprovados no concurso promovido pela mesma para suprir a falta de Agentes Penitenciários, bem como passar instruções sobre a metodologia a ser utilizada para as chamadas dos aprovados para suprir as vagas que surgirão com o encerramento das unidades terceirizadas e nas treze penitenciárias em construção e outras que se encontram em fase de licitação, as quais abrirão 10.300 vagas para o ano de 2006.

Para tanto, lembra o Deputado que este subscreve, que as penitenciárias de Maringá e Londrina, inauguradas na década de 90, correm o risco de não serem indicadas pela SEJU, mesmo estando com os seus quadros incompletos. A preocupação é a seguinte: como o concurso foi realizado para suprir as vagas das novas unidades, sugere este Deputado que se aproveite o pessoal aprovado no concurso já nas unidades que estão em funcionamento e que possuem déficit de pessoal.

Sem ter a pretensão de interferir nos assuntos administrativos do Estado, pretendemos ter conhecimento das formas que serão utilizadas para a chamada do pessoal aprovado.

Esperando contar com uma resposta da parte da SEJU ou do Governo do Estado, pedimos apoio do Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 1519**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

**REQUERIMENTO Nº 1479**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o

douto Plenário, que seja retirado de pauta, por três Sessões, o Projeto de Lei nº 183/2005.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

**REQUERIMENTO Nº 1513**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 07 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, do Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**REQUERIMENTO Nº 1505**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, até o dia 31 de maio de 2005.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

Presidente da Comissão de Orçamento

**REQUERIMENTO Nº 1494**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa da ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão dos dias 24 e 25 do mês de maio, para participar da IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, a realizar-se na Costa do Sauípe.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1516**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA autorização para a realização da audiência pública referente a desapropriação dos agricultores por parte da PETROBRAS.

A audiência está marcada para o dia 01 de junho (quarta-feira), às 10h00, no Salão Paroquial da Igreja São Mateus do Sul, neste Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

**REQUERIMENTO Nº 1512**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, que seja marcado horário no Pequeno Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 30 de maio, para uma exposição do quadro de crise no setor agropecuário paranaense, por parte dos Srs. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; João Paulo Koslovski, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e Ademir Müller, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido horário do Grande Expediente, na quarta-feira, dia 1º de junho próximo, para fazer uso da palavra em plenário, ao professor José Lemos, representando o Fórum Estadual dos Servidores Públicos.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no II Simpósio Maringaense de Jornalismo, nos dias 6 a 9 do mês de junho do corrente ano, onde participarei como conferencista.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O II Simpósio Maringaense tem como objetivo contribuir com o enriquecimento profissional, visando a formação dos alunos da área e comunicação e do fortalecimento dos ideais dos profissionais já formados.

Com a vinda das “feras” do jornalismo brasileiro, a cidade de Maringá transformar-se-á em referência do jornalismo no Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Moacir Luiz Scalabrim, ocorrido no dia 14 de corrente mês, na cidade de Campo Bonito/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sr. Rosália Lúcia M.

Scalabrim, enviando correspondência à Rua Darciso Roberto Grassi, 101, CEP 85.4450-000 - Campo Bonito/PR.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Moacir foi profundamente sentido, não só pelos familiares, mas por todos que o conheciam.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre de Moacir como um bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

A vida não é marcada pela quantidade de anos vividos. Ela deve ser vista pela maneira que cada um, dentro da sua capacidade, soube viver plenamente cada momento.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe Moacir na sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande amigo.

Através deste requerimento nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

#### REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar aos atletas da Hamdboll, Alexandro de Souza, Joel Carlos de Farias, Guilherme Lorenzetti Rotta, Willian Wagner e o Técnico do Time, Atleta Olímpico, Claudio Oliveira Brito, que no dia 17 de maio de 2005, foram vítimas de trágico acidente automobilístico.

O tempo não apaga a dor trazida por perdas dessa magnitude. Fica uma grande lacuna em nossas vidas, pela falta dos amigos queridos, pais carinhosos, maridos atenciosos, filhos amados, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda a família, que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências para perda irreparável dos entes queridos.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Decredo, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laudelino Moura Jorge, aos 84 anos de vida.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Ilmo. Sr. Sabino Brasil Nunes de Campos, Diretor-Presidente da Empresa Paranaense da Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, pelo 49º aniversário da Extensão Rural no Paraná, localizada na Rua da Bandeira, 500 - Cabral - Curitiba/PR CEP 80035-270.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A EMATER/PR, pela sua importância no desenvolvimento agropecuário no Paraná, tornou-se referência no campo científico e tecnológico a todos Países.

Trata-se de uma empresa que tem um quadro de funcionários e técnicos da mais alta capacidade, que por isso merecem ser prestigiados e reconhecidos por toda a sociedade paranaense.

## REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Ilmo. Sr. Paulo Afonso Nascimento, Diretor-Presidente do Jornal "A Voz Tatuquarense", pelo 5º ano de fundação, localizado na Rua Carlos Munhoz, 955, Bairro Santa Rita - Tatuquara, nesta Capital CEP 81470-090.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Dados estatísticos indicam que a imprensa escrita está em processo de regionalização, cujo crescimento se dá, principalmente nos jornais alternativos de bairros, os quais passam a ter grande influência na população local.

A atuação desses jornais alternativos, está voltada ao desenvolvimento cultural da população local, e tratam de seus problemas específicos, pelo que influenciam positivamente na formação cultural de nossa população.

## REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Corumbataí do Sul pela passagem, no próximo dia 27 de maio, do seu 18º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Sr. Edson Paulo, vice-Prefeito e a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Corumbataí do Sul, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pela festa que, com certeza, está para acontecer.

A região do atual Município de Corumbataí do Sul foi imemorialmente ocupada por índios da nação Taio-bás, que foram domiciliados na redução jesuíta denominada Los Angeles. Segundo o Barão do Rio Branco em sua "Questão de Limites entre o Brasil e Argentina", esses índios pertenciam ao grupo Tupi-Guarani e foram totalmente extintos.

Entre as famílias pioneiras de Corumbataí do Sul destacam-se as de Anderson Arruda de Souza, Manoel Picadeiro, João Gato, Pedro Trizote, Ricardo Sútio, Francisco Garcia, Antenor José Mariano, José Mariano de Castro, Melquíades Picanço e muitos outros.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a popula-

ção grandiosa de Corumbataí do Sul na data magna da comemoração dos seus dezoito anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Corumbataí do Sul, no transcurso de seus dezoito anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Sr. Silvio Fernandes da Silva, por sua eleição a presidente nacional do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), para o Biênio 2005/2007, desejando uma profícua gestão e, conseqüentemente, melhoras no atendimento à saúde de toda população brasileira.

Requer outrossim que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Silvio Fernandes da Silva, MD. Secretário Municipal de Saúde, Rua Atílio Otávio Bisatto, 480, Vila Sian, CEP 86010-340, Londrina, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa do Paraná REQUER voto de louvor e cumprimentos a CAMDUL (Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda), pelos seus 35 anos de existência comemorado no dia 13 de maio de 2005, no qual a grande festa de comemoração ao seu aniversário foi realizada no 14 de maio do corrente ano, no Parque de Exposições de Dois Vizinhos, prestigiaram o evento cerca de 2.200 pessoas de oito municípios dos quais a CAMDUL abrange em sua área de atuação: Dois Vizinhos (sede), Verê, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionados pela importância da CAMDUL - Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda, presente em

oito municípios da região, sempre valorizando o agricultor e seus associados pelo trabalho que fizeram ao longo dos anos, e proporcionando aos seus colaboradores um ótimo ambiente de trabalho, no qual se orgulham da empresa que fazem parte; ao todo são gerados 260 empregos diretos pela cooperativa e que conta com 1.650 associados.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres Parlamentares e o atendimento por parte deste nobre Deputado.

#### REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Joseval Gomes Albuquerque. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Waldomiro Lopes de Menezes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Delegado de Polícia Renato Coelho de Jesus, às Escrivãs Loreci Maria Tarca e Aurea Gaspar, e aos Investigadores Aladir Antonio de Moura Rocha, Carlos Alberto Cabral, Fabiano D'Oranges Viana, José Jair dos Santos, Marcos Ramão Pacheco, Tito Lemos Rousenq e Venceslau Silveira de Souza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área de segurança pública no Estado do Paraná, bem como seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário Luiz Fernando Delazari, visando o registro em suas fichas funcionais.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Os servidores públicos acima relacionados compõem o honroso quadro de servidores da Secretaria de

Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, atualmente lotados na Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu, especificamente na Delegacia de Homicídios daquela cidade, desempenhando um exemplar trabalho na sua área de atuação, se esforçando com especial dedicação para bem atender à população iguaçuense, respondendo às suas atribuições sempre com denodo e empenho, merecendo assim reconhecimento pelo valoroso trabalho que vêm empreendendo em prol daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de voto de agradecimentos ao Diretor-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Sr. Alcidino Bittencourt Pereira, pela liberação de recursos financeiros destinados à execução de obras de prolongamento da Avenida Marechal Floriano, entre Curitiba e São José dos Pinhais, incluindo a duplicação da ponte do Rio Iguaçu, divisa com Curitiba e o município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos anais desta Casa, votos de solidariedade, ao Sr. Alcídio Delapria, Prefeito Municipal de Doutor Camargo, e sua família, pelo constrangimento, pela agressão e pelo risco de morte, de que foram vítimas no último sábado.

O Prefeito Municipal do Município de Doutor Camargo estava com sua esposa, na casa da sua família, na Avenida Ivaí, naquela cidade, quando foi surpreendido por quatro homens armados que estavam no fundo da casa. O assalto aconteceu por volta das 22h30, com o drama do casal durando aproximadamente 20 minutos.

O casal foi rendido, ameaçado, amarrado e trancado no quarto, e como afirmou não ter as jóias e o dinheiro pretendido pelos ladrões, foi agredido com duas coronhadas na cabeça. Após revistarem toda a casa os ladrões acabaram por levar R\$ 10.000,00 em dinheiro cuja parte do valor seria uma promoção realizada na cidade pelo Programa Voluntariado Paranaense (PROVO-PAR). Além disso, os ladrões levaram dois aparelhos celulares, jóias, carteira com documentos e mais 86 reais em dinheiro, um automóvel Santana, de placas KFP-0398. Os ladrões fugiram acompanhados por um veículo branco que estava estacionado aguardando-os. Estavam encapuzados, exceto um deles, que foi descrito pelo Prefeito, na delegacia.

Este Deputado pede, também, por este documento, ao Dr. Luis Fernando Delazari, Secretário de Estado da

Segurança Pública a designação de um Delegado Especial para apurar o caso.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIS NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER retirada de nome da moção que solicitou ao Governo Federal a suspensão do processo de criação de unidades de conservação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, solicitando serviços de pavimentação asfáltica no trecho que liga os Municípios de Dois Vizinhos e de Boa Esperança do Iguaçu, passando pela comunidade de Canoas, que faz divisa com os Municípios de Dois Vizinhos, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu.

O referido pedido justifica-se por tratar-se de uma obra de grande relevância para toda microrregião Sudoeste do Paraná e principalmente aos municípios citados. A realização desta obra promoverá a integração e o desenvolvimento desses três importantes municípios que terão melhorado o transporte de mercadorias, da produção agrícola, de pessoas, alunos, fundamentalmente por dar acesso ao CEFET.

Dado a importância do referido projeto, a comunidade se organizou e após receber apoio formal da Sadia, Diplomata, Pluma, CDL de Dois Vizinhos, Sindicato dos Transportes Rodoviários, Associação Comercial e Empresarial, CAMDUL e a Associação da Capela Nossa Senhora do Caravagio encaminhou cópia a esta Deputada que protocolou na Secretaria de Estado dos Transportes sob o nº 8.530.737-1 em 28 de abril de 2005.

A população daquela região a muito espera esta ligação asfáltica, e muitas são as lideranças empenhadas, o Vereador Reni Kovalski encaminhou ofício a esta Deputada, o qual apresentamos ao Sr. Secretário, na certeza da compreensão e atenção sempre despendida, bem como a execução da obra.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, DD Secretário de Estado da Educação, solici-

tando a construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Pedro Américo, do Município de Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Referido estabelecimento abriga cerca de 450 alunos, não dispondo de local com cobertura para a realização de práticas esportivas quando da ocorrência de chuvas ou ainda para proteger os estudantes do forte calor que é costumeiro na região, necessitando, dessa forma, do fundamental apoio da Secretaria da Educação para a efetivação dessa justa e antiga reivindicação daquela comunidade escolar.

#### REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, encaminhando documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Adur, solicitando o urgente serviço de recapeamento na Avenida Paraná, no Município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas solicitando auditoria nas Prefeituras Municipais de Itacolomi e Cambira, para apurar as nomeações, em ambos municípios, do assessor jurídico Rodrigo Gonçalves Portella, que está acumulando cargos, contrariando dispositivos constitucionais, bem como apurar a devolução do dinheiro recebido nos municípios indevidamente.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER à Secretaria de Estado da Segurança Pública, que seja aumentado o efetivo de Soldados da Polícia Militar para o policiamento escolar, devendo ser no mínimo, de 08 (oito) soldados e disponi-

bilizar mais 02 (duas) viaturas para Patrulhamento Escolar, bem como realizar Força-Tarefa, designada como "Operação Saturamento", de 10 em 10 dias em Campo Largo, Campo Magro e Balsa Nova / PR.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento tem a finalidade de solicitar ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, que proceda com a maior urgência, a lotação de mais 08 (oito) soldados da Polícia Militar para patrulhamento escolar e mais 02 (duas) viaturas para uso desses policiais.

O referido requerimento é em virtude que atualmente Campo Largo possui somente duas viaturas e quatro soldados para realizarem o patrulhamento escolar em 35 escolas do Município e região de Campo Magro e Balsa Nova, nos períodos da manhã, tarde e noite.

Proceder também patrulhamento ostensivo, na forma de Operação Saturação, em bares próximos às escolas nos períodos da manhã, tarde e noite de dez em dez dias.

#### REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando atenção à reivindicação de membros do Colégio Estadual Egídio Ballarotti, de Astorga.

Vale ressaltar que o mesmo encontra-se em precária situação para atender aos alunos do Ensino Médio e Fundamental, pois há tempos necessita da reforma do prédio e da cobertura da quadra poliesportiva.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando abaixo-assinado por moradores do Conjunto Habitacional Alexandre Urbanas, solicitando a construção de um colégio no Jardim Abussafi, cujo terreno já foi doado para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando a instalação de patrulha



rural no Distrito de São Luiz, Município de Londrina, em função do grande número de ocorrências policiais, notadamente assaltos e roubos, conforme nos foi relatado pelo ex-Administrador Distrital, Sr. Brigílio Marcos.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação com pedras irregulares, do trecho que liga a sede do Município ao Distrito de Sertãozinho, num total de treze quilômetros, o qual é necessário para o escoamento da produção agrícola da região.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando providências para o término das obras de pavimentação da BR-487, denominada Boiadeira, no trecho compreendido entre Campo Mourão e Porto Camargo.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação da COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Microrregião XII, solicitamos a análise de V. Exa. e possível intervenção quanto à viabilidade do atendimento.

Considerando as precárias condições desse trecho da estrada ser de extrema importância para as microrregiões, e para todos os segmentos envolvidos, em especial, o agropecuário.

#### REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes solicitando o término das obras e pavimentação asfáltica da BR-487, tradicionalmente denominada de "Estrada Boiadeira".

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado para que seja dado adicional de periculosidade aos servidores do Hospital Colônia Adalto Botelho, em virtude dos internamentos de indivíduos de alta periculosidade, feitos mediante determinação judicial, colocando em risco a vida dos servidores.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de reiterar o pedido dos moradores do Bairro Alto, feito através do Requerimento LCM/AL 22.601 datado de 26/04 do corrente, referente a determinação de policiamento ostensivo nesse bairro.

Os moradores mantiveram novamente contato com este Gabinete, solicitando que o policiamento seja feito em todo o bairro o mais breve possível e constantemente, tendo em vista que há muitos garotos, em vários horários, soltando as pipas com cerol nos fios. Os moradores encontram-se muito apreensivos pois a qualquer momento um acidente grave pode acontecer.

A presença dos policiais certamente inibirá os garotos e proporcionará segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Diretor-Presidente da COHAPAR, informações quanto à situação da documentação dos lotes da Vila Rural "Olintho Schmidt, Município de Ivatuba:

- Qual a razão de não terem emitidos contratos definitivos aos mutuários da Vila Rural?

- Qual a previsão para emissão destes contratos?

- Quais as obrigações que não foram cumpridas pelos mutuários?

- Quais os requisitos legais que impedem a COHAPAR de emitir os referidos contratos?

- Qual o prazo estimado para cumprimento da COHAPAR, destes requisitos?

- Quais são as Vilas Rurais do Estado do Paraná que já estão devidamente documentadas?

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro do Estado da Saúde, Exmo. Sr. Humberto Sérgio Costa Lima, solicitando ao mesmo que informe esta Casa de Leis por que as consultas pagas no Sistema Único de Saúde - SUS - na área de pediatria são menores que as demais consultas, desestimulando serviço de qualidade nessa área.

Requer, outrossim, providências com a liberação de recursos para melhorar a qualidade de atendimento à criança no Sistema Único de Saúde - SUS.

Cabe salientar que no Hospital das Clínicas a fila de espera na neuropediatria chega a doze mil consultas, na endocrinopediatria chega a oito mil consultas.

É comum, antes de conseguir a consulta, as crianças chegarem a óbito por falta de atendimento médico. Quando se consegue a consulta, na oportunidade da reconsulta é preciso efetivar todo o trâmite burocrático novamente.

É lamentável o tratamento dispensado pelo SUS, às crianças brasileiras.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Dra. Maria Marta Lunardon e ao Diretor-Presidente do PARANAPREVIDÊNCIA, Sr. José Maria de Paula Correia, seja informado a este Parlamento:

1 - Qual o valor atual e composição do patrimônio dos fundos que compõem o PARANAPREVIDÊNCIA, imobiliário e financeiro, separadamente?

2. Qual o valor do patrimônio dos recursos objeto de investimentos financeiros, quais são eles? Quais as instituições onde foram feitos os investimentos e quais os valores investidos em cada instituição?

3. Tais investimentos estão em consonância com as determinações do BACEN para os fundos previdenciários?

4. Apresentar demonstrativo da rentabilidade dos investimentos do PARANAPREVIDÊNCIA a cada ano, desde sua criação;

5. Qual a evolução do comprometimento da RCL com despesas de pessoal conforme determina a LRF?

6. Qual o valor e quantidade dos benefícios de aposentadoria e pensão pagos atualmente pelo Fundo Previdenciário e pelo Fundo Financeiro do PARANAPREVIDÊNCIA, separadamente.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, RENI PEREIRA e DURVAL AMARAL

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 307/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada linha especial de crédito, com juros máximos de 4% (quatro por cento) ao ano, destinada à compra de máquina ou implemento agrícola, para atender o pequeno produtor rural, no âmbito das instituições bancárias públicas e privadas.

Parágrafo Único - É considerado pequeno produtor rural, para os efeitos desta lei, aquele que possui uma propriedade com no máximo 50 alqueires, devidamente comprovado através de documento registrado no Registro de Imóveis, administrado pelo próprio proprietário e cujo trabalho dos membros da família é superior ao trabalho contratado.

Art. 2º O proprietário que adquirir máquina ou implemento, ficará com sua propriedade alienada, parcialmente.

Parágrafo Único - O prazo de carência para o início do pagamento será de 2 (dois) anos, com um prazo de mais 6 (seis) anos para o pagamento do financiamento.

Art. 3º O proprietário beneficiado por esta lei fica impedido de se desfazer do bem para aquisição de outro, no período de oito anos, a contar da data da aquisição.

Art. 4º O Poder Executivo viabilizará a isenção de ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, para a aquisição das máquinas agrícolas previstas neste projeto de lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por escopo facilitar ao pequeno produtor de propriedade agrícola familiar o acesso à modernização da frota de maquinários agrícolas.

O último censo agropecuário, realizado em 1996, aponta que a pequena agricultura tem uma significativa colaboração na produção total de alimentos e emprega a grande maioria dos agricultores. Historicamente as políticas públicas beneficiaram em particular os grandes latifundiários, em detrimento dos pequenos agricultores, que quase sempre ficaram sem apoio institucional.

A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais e concentra apenas 25% do total do crédito agrícola.

Porém, ela agrega 77% do total de trabalhadores ocupados na agricultura e representa 38% do valor bruto da produção nacional.

Pretendemos beneficiar com este projeto de lei o agricultor familiar, aquele que administra o próprio estabelecimento e cujo trabalho dos membros da família é superior ao trabalho contratado, sendo que a propriedade não exceda a cinquenta alqueires, pois este produtor perde em competitividade por falta de máquinas agrícolas, ocasionado pela impossibilidade de acesso à tecnologia pela ausência de crédito específico e investimentos.

Diante do aqui exposto solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 308/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogado o prazo até o dia 31 de agosto do corrente ano, para o recebimento pela Comissão Especial especialmente constituída pela Lei nº 11.255/95, dos requerimentos das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências, conforme o disposto pela Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis de nºs 13.570, de 21 de maio de 2002 e 14.552, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo único de prorrogar o prazo para recebimento, pela Comissão Especial, dos requerimentos das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências, conforme o disposto da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 309/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o “Arrancadão de Jericos” no Município de Serranópolis do Iguçu.

Parágrafo Único - A realização desse evento, ocorrerá no primeiro dia do mês de maio de cada ano.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão do “Arrancadão de Jericos” no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo vai atrair grande público para o Município, como aconteceu no 1º Arrancadão de Jericos que houve no último 1º de maio, onde mais de dez mil pessoas prestigiaram o evento, movimentando toda a região, beneficiando o comércio local, além de um atrativo turístico para a população em geral.

#### PROJETO DE LEI Nº 310/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a fixação de cartaz nas salas de aula das Escolas da Rede Pública de Ensino contendo números dos telefones de Utilidade Pública.

Parágrafo Único - O cartaz conterá necessariamente os telefones da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, SIATE, SAMI, Narcodenúncia e Delegacia de Atendimento à Mulher.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade fazer com que todos os estudantes da rede pública de ensino tenham conhecimento de telefones de Utilidade Pública, pois apesar de serem bem divulgados, a maioria das pessoas, se perguntada, não saberá informar ao certo o número destes telefones de emergência.

Com a afixação dos cartazes com os números de emergência nas salas de aula, todos os alunos passarão a conhecê-los e a memorizá-los, sabendo assim exatamente a quem chamar em uma situação de emergência.

Diante do exposto, conta com o apoio dos nobres Pares desta Casa, na aprovação do presente.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É evidente, Deputado Scarpellini, que eu não ocupo a tribuna apenas para cumprimentá-lo pelo seu aniversário, mas ocupo a tribuna, sobretudo para levar a público uma situação que nós estamos discutindo aqui desde 1988.

A Constituição Federal determinou que todas as concessões de serviços públicos tinham que ser precedidas de concessão pública. Então, não pode se realizar um serviço público sob a concessão do Estado, sem que se faça uma concorrência pública.

Pois bem, quando nós discutimos aqui a Constituição de 88, houve um grande debate tentando colocar um artigo na Constituição Estadual, dizendo que as empresas de ônibus que prestam serviço no transporte intermunicipal de passageiros, ou seja, daqui a Ponta Grossa, daqui a Cascavel, ou daqui ao litoral, teriam condições de dar continuidade aos mesmos serviços, porque já vinham prestando há muito tempo esse trabalho.

Muito bem. O Governador na época, Álvaro Dias ingressou com uma ADIN e acabou vencendo no Supremo Tribunal Federal e caiu na Constituição do Estado. Então, tem que ter licitação pública!

Ocorre que nós estamos aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, seguidamente debatendo esse assunto. E, na verdade, o Procurador do Estado, Luiz Henrique Bonaterra, pediu uma certidão do Estado perguntando quantas empresas que operam no setor e são legalizadas, estão com a licença legal. E o Estado respondeu, através de certidão, dizendo o seguinte: "Das 736 empresas, 732 não têm contrato", ou seja, têm esses contratos vencidos e sem licitação.

Senão, vejamos: Curitiba/Ponta Grossa - venceu o contrato em 1999; Curitiba/Reserva - venceu em 1998.

Assim nós poderíamos colocar todos esses contratos que o Estado possui com essas empresas de forma ilegal, porque a Comissão de Fiscalização e Controle solicitou todos os contratos do DER para que provasse, para que nos mostrasse os contratos. Então, os contratos estão vencidos. E estando vencidos os contratos, de quem é a responsabilidade por um acidente? Qual é o parâmetro que o Estado utiliza para dar aumento para o transporte intermunicipal de passageiros?

É evidente que se tivéssemos uma concorrência pública, por exemplo, Curitiba/Ponta Grossa, duas ou três empresas, quatro ou cinco, participariam dessa concorrência e poderiam oferecer ônibus de melhor qualidade, preço mais justo, maior conforto ao usuário, maior número de horários para atender à população. Agora, isso me parece que é bicho feio para os governos, que os governos sempre vêm com a mesma lenga-lenga: precisamos primeiro fazer um plano diretor, para depois, em

cima desse plano, promovermos uma concorrência pública.

Só que...

(Término do horário)

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PDT***

... parece-me que entra governo, sai governo, e este assunto, na verdade, é a menina dos olhos dos governantes. Cabe improbidade administrativa! Há um descuido com o dever da função do Estado e eu tenho certeza que o Governador Requião adora quando eu venho falar esse assunto na tribuna, porque ele mesmo colocou um pneu, quando era Deputado estadual, na porta do seu gabinete, para debater este assunto. Quando ele se elegeu em 91 eu abordei este assunto com ele.

Agora ele volta governador e eu continuo abordando este assunto com ele. Abordei muitas vezes com o ex-Governador Jaime Lerner, mas aquele também não quis saber de absolutamente nada - nem de plano diretor e nem de concorrência pública e fica aí - quem quiser ir ao litoral vá com a Graciosa - quem quiser ir aos Campos Gerais vá com a Princesa dos Campos - agora, quem quiser ir para o Norte vá com a Garcia e acabou - eles são amigos nossos.

Estão baseados numa lei de 1952. Então, Deputado Scarpellini, um morador de Terra Rica para poder tomar um ônibus para vir a Curitiba, segundo me disse hoje o Vereador Biba, tem que ir de carro até Guaraçá, que são trinta quilômetros de distância, porque a empresa não aceita ou não quer ingressar até o Município de Terra Rica para que aquele município, aqueles habitantes possam ter a possibilidade de tomar o ônibus naquela rodovia e vir para cá.

Então, nós estamos aqui falando de escândalos neste País, mas nós temos que começar a cuidar dos nossos escândalos! Nós temos que começar a cuidar da nossa casa e começar a fazer a reversão da situação político-administrativa neste País, porque não é possível que um órgão como o DSTC, um órgão como o DER, que tem tanto dinheiro para colocar publicidade em todos os lugares, não tenha dinheiro para fazer um plano diretor, para promover uma concorrência nesse setor!

E olha, a passagem de ônibus hoje, leito, Deputado Dobrandino, daqui a Foz do Iguaçu é 155 reais! O convencional é 77 reais, é o dobro do ônibus comum com o leito! Baseado em que parâmetros nós estamos dando esses aumentos periodicamente a essas empresas, a esses empresários?

Nós, como a Casa do Povo, temos que levantar estes temas e discutir com a população, que às vezes nem sabe que esta questão de transporte coletivo é uma concessão do Estado, e de alto risco, sobretudo se considerarmos as nossas estradas e é uma responsabilidade deste

Poder colocar o dedo na ferida, perguntando à Procuradoria do Estado, por que não faz uma concorrência pública para que uma empresa possa concorrer com a outra?

Nós não queremos o mal da empresa Garcia, da Graciosa, da Princesa dos Campos, mas achamos justo que uma possa concorrer com a outra. Isso é economia de mercado! Nós só vamos ter um melhor atendimento ao público usuário, se tivermos uma concorrência que sempre foi saudável, sobretudo para os mais pobres.

Agora, não podemos conviver com essa situação. Esperamos que o Governo deixe de lado esse plano diretor e promova uma licitação pública e após, faça o plano diretor, porque esta conversa é de muitos e muitos anos! As concessões foram dadas em 1952; em 1986 aflorou este debate aqui na Assembléia e de lá para cá, 98, depois, 2000. No mínimo de seis em seis meses eu tenho voltado a esta tribuna para debater e dizer deste assunto.

Agora veio uma certidão dizendo o seguinte: Das 736 linhas de ônibus que se exploram no Estado do Paraná, 732 não têm concessão! Então isso é muito grave!

Concedo o aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Eu estranho que o Ministério Público do Paraná que também deveria cuidar disso, não faça uma representação responsabilizando o Governador, o Secretário dos Transportes por não fazer as licitações. O Ministério Público do Estado do Paraná, na maioria das vezes, age na questão de processar Vereador, processar Prefeito, processar ex-Vereador, ex-Prefeito e, no entanto, o Ministério Público, quer do Tribunal de Contas do Estado ou então o Ministério Público nos municípios que poderia inclusive fazer as devidas ações civis públicas para que os próprios municípios também venham a licitar o seu transporte coletivo. A maior parte dos municípios tem transporte coletivo, não licitou, quando licitou as licitações já estão ultrapassadas no tempo e é lamentável, Deputado Neivo Beraldin!

Eu quero aqui agora fazer um testemunho, você vai daqui a Foz do Iguaçu, são 670 quilômetros. A passagem está girando em torno de R\$ 73,00, R\$ 75,00 até lá. Outro dia peguei um ônibus lá em Montes Claros, Minas Gerais e vim até São Paulo, quase oitocentos quilômetros, paguei R\$ 59,00 saindo lá do interior de Minas, próximo à divisa da Bahia, vim até São Paulo no Terminal do Tietê, R\$ 59,60. Então, existe um cálculo feito para cobrar a mais no transporte estadual aqui no Paraná e quando entra no transporte interestadual você vê a diferença, é mais 40% o valor que se cobra aqui no Paraná.

Parabéns!

#### **O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

E sem sombra, Deputado Scarpellini, o que ganham os ônibus no transporte da bagagem, porque hoje eles estão com quatro, cinco metros de altura, porque estão transportando bagagem.

V. Exa., Deputado Scarpellini, falou do Ministério Público. Desde já está disponibilizado ao Ministério Público todos os contratos que o Estado possui com as empresas, vencidos!

O Ministério Público deve estar atento neste momento a esta Sessão.

Certamente poderá ter acesso a qualquer momento. A Comissão de Fiscalização e Controle não vai ter dificuldade nenhuma de repassar ao Ministério Público inclusive, detalhadamente, trecho por trecho, contrato por contrato.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Vamos encaminhar.

#### **O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Então vamos encaminhar e mais uma vez vamos aguardar o resultado e certamente daqui a seis meses vamos voltar para cobrar esse resultado.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Scarpellini, o aniversariante do dia.

Parabéns desta Presidência.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encaminhei hoje ao Corregedor da Assembléia a minha defesa com relação à CPI que S. Exa. o Governador Roberto Requião de Mello e Silva a esta Casa encaminhou. Quero dizer aos Srs. Deputados e ao povo do Paraná, que em um breve relato disse ao Corregedor da Assembléia:

(Lê):

“Em primeiro lugar, Sr. Corregedor, independentemente da análise do mérito do pedido, é importante afirmar que a Assembléia Legislativa e o povo do Paraná, ao contrário do que talvez imagine o Sr. Governador, já conhecem este Deputado “de forma clara e transparente”, por seu histórico de vida e de lutas políticas sempre pautado pelo respeito ao cidadão e às instituições democráticas.

O requerimento encaminhado a V. Exa. é mais um dos conhecimentos factóides do ilustre Governador, talvez mesmo uma brincadeira de mau gosto, despida de seriedade, e por que não dizer, serenidade.

Com efeito, deve saber o Sr. Governador do Estado que a Constituição Federal e a lei estabelecem que o pressuposto básico, elementar, para a instauração de uma CPI é a existência de um ou mais “fatos determinados” (artigos 58, parágrafo 3º, da CF e 1º *caput*, da Lei nº 1579/52) considerados dignos de investigação, sob pena de se

transformar o Poder Legislativo em palco para as malsinadas “devassas gerais” sepultadas em nosso ordenamento jurídico já ao tempo do Império.

No caso em análise, o ilustre Governador não esclareceu minimamente, isto é, numa única linha sequer, qual(is) o(s) fato(s) capaz(es) de caracterizar ao menos em tese o ilícito de calúnia, já que no expediente enviado a V. Exa. não há descrição da data, do local, das circunstâncias nem do teor das supostas afirmações tidas como ofensivas ou caluniosas em relação à Administração dos Portos de Paranaguá - APPA, eventualmente proferidas por este Deputado.

Aliás, este Deputado jamais poderia ter proferido “calúnias” contra a APPA, visto que a pessoa jurídica, nos termos da lei, não pode ser vítima deste tipo de delito. Confira-se: “*a pessoa jurídica não pode ser vítima do delito de calúnia*” (STF, RHC 64.860, DJU. 30.4.87, p. 7650; TARS, RT 686/373; TACrSP, RJDTACr 19/203) (In: DELMANTO, Celso Código Penal Comentado, 6ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 296).

Não bastassem essas considerações, parece que o expediente enviado a V. Exa. desconsidera por completo uma garantia fundamental ao exercício da atividade parlamentar, outrora tão cara e tão freqüentemente defendida pelo ex-Senador Roberto Requião, nos termos do artigo 53 da Constituição Federal: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

A imunidade parlamentar, de acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal, “protege o congressista em todas as suas manifestações que guardem relação com o exercício do mandato, ainda que produzidas fora do recinto da própria Casa Legislativa” (RTJ 155/396).

Assim, evidentemente, quaisquer eventuais afirmações deste Deputado acerca das graves mazelas que efetivamente assolam a Administração do Porto de Paranaguá, proferidas em plenário, em público ou mesmo através da imprensa, jamais poderiam servir de base para abertura de uma CPI, pois tal procedimento significaria uma restrição intolerável da garantia de imunidade parlamentar.

A bem da verdade, se o fato deste Deputado responder - ou ter respondido - a alguns processos antigos perante o Poder Judiciário, em decorrência de perseguições e “denúncias” infundadas de seus adversários políticos, servisse como justificativa para uma CPI, então é evidente que esta Assembléia Legislativa, em obediência ao princípio da isonomia, deveria também instaurar uma CPI para investigar o Sr. Governador do Estado, cuja “folha corrida”, conhecida no meio criminoso por prontuário perante os Tribunais Superiores é bastante extensa.

Nesse sentido, basta uma consulta ao site do Superior Tribunal de Justiça para constatar a lista de procedimentos criminais a que responde S. Exa. o Governador do Estado. Vale deferir:

Inquérito nº 420 - PR (2004/0023392-8)

Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros

Autor: Ministério Público Federal

Indiciado: Roberto Requião de Mello e Silva

Advogado: Gustavo Henrique Caputo Bastos e outros.

Ação Penal nº 346-PR (2004/0015555-4)

Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Roberto Requião de Mello e Silva”.

Apenas coloquei aqui uma meia dúzia de processos que o Governador responde, porque senão íamos tomar 4, 5, 10 laudas para poder relatar a situação...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. tem mais um minuto, Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

...que o Governador enfrenta nos tribunais.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que fiquei doze anos sem imunidade parlamentar, e gostaria de ver o Governador Roberto Requião ficar doze meses sem imunidade parlamentar, para ver se ele suporta tal situação.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta hora em que apresento a minha defesa, eu curvou-me, sim, perante o povo do Paraná e peço desculpas por ter andado e defendido durante muito tempo uma pessoa a quem eu não conhecia bem, mas quero dizer, Sr. Presidente, que o burguês do Bigorrilho que agora se instalou no Palácio Iguaçu, mudou o seu discurso que antes era o discurso pelo povo, agora passou a ser um discurso pelo cavalo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, para registro da Mesa, quero registrar a presença do Prefeito de General Carneiro, Juarez Ferreira, do PPS, que está nos visitando nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência agradece e cumprimenta o nosso amigo Juarez, de General Carneiro.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Antonio Anibelli, Sras. e Srs. Deputados.

Tinha razão o bruxo da ditadura, Golbery do Couto e Silva, quando retirou o nome do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, das mãos de Leonel Brizola. Sabia ele, com a sua sagacidade, a importância que teria o trabalho nas mãos dos seus legítimos herdeiros e depois de

amanhã, o trabalhismo autêntico completará 25 anos de fundação em nosso País. O PTB, criado e presidido à época, pelo ex-Presidente Getúlio Vargas, cujo legado através da sigla foi impedido de ficar com Leonel de Moura Brizola, está hoje nas mãos daqueles que estão no poder no Governo Federal.

Coube a Brizola, com o amparo de Mário Soares e de outros integrantes da Internacional Socialista, fundar no dia 25 de maio na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o Partido Democrático Trabalhista, o autêntico, repito, trabalhismo brasileiro, que depois de amanhã, completará os seus 25 anos e de forma íntegra e coerente com o seu passado, na condição de Líder do PDT, tenho a honra de subir à tribuna na tarde de hoje para anunciar que o PDT sobreviveu à perda de Leonel Brizola, Partido organizado nos 27 Estados da nossa Federação, disputará as eleições com chances reais de vitória em sete Estados brasileiros.

PDT que possui dezesseis Deputados Federais, setenta Deputados Estaduais, sendo quatro deles aqui no Estado do Paraná, quatro Deputados Estaduais, mais de 301 Prefeitos eleitos na eleição municipal do ano passado, mas que ganhou a adesão de outros dezenove Prefeitos, quando da entrada do Governador de Alagoas à nossa sigla. PDT que possui 44 Municípios governados pela égide trabalhista e que aqui no Paraná, além desses 44 Prefeitos, possui outros 332 Vereadores, mais de 2600 edis, em todo o País. É o Partido que se insurgiu à época para trazer ao povo brasileiro, fazendo uma paráfrase, como se dirigia à Nação o nosso grande líder, Leonel Brizola, a denunciar o continuísmo do Governo Federal, através do neoliberalismo, que lamentavelmente toma conta hoje daqueles que estão no poder.

Estaremos realizando já com as perspectivas, já para o ano de 2006, na noite de hoje, em rede estadual de rádio e televisão presidido pelo Senador Osmar Dias, o que o PDT pretende fazer nas eleições do ano que vem, sob a candidatura do Governador Osmar Dias, que é o Líder do Partido no Senado da República, que é o Presidente da Comissão de Educação e que com certeza honrará aos preceitos de Leonel Brizola.

Hoje, o Partido nacionalmente comandado por Carlos Luppi, tem prioridade à eleição de Osmar Dias no Estado do Paraná.

Subo neste momento, Sr. Presidente, à tribuna desta Casa, para fazer o registro dos 25 anos do Partido Democrático Trabalhista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, Deputado Ratinho Júnior.

### ***Deputado Ratinho Júnior (PPS)***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos apresentando e protocolamos um requerimento agradecendo à COMEC por tomar uma iniciativa importante na Região Metropolitana de Curitiba, onde será beneficiada a Marechal, que faz a ligação do bairro do Boqueirão ao Município de São José dos Pinhais.

Até que enfim o Governo do Estado está apresentando ou retribuindo aquilo que fez no Município de São José dos Pinhais, que está levando aquele presídio tão lamentado pela população, que nós brigamos, que na verdade não foi nem culpa do Governo do Estado, até porque foram alguns políticos ligados à Prefeitura de São José dos Pinhais que fizeram o pedido para que esse presídio fosse para lá. Lamentamos, brigamos, mas infelizmente não conseguimos fazer com que esse presídio não fosse, até porque sabemos da necessidade de se fazer presídios não só no Estado do Paraná, mas no Brasil inteiro, não queríamos que fosse para São José dos Pinhais, pela sua importância para o Estado. Sabemos que isso vai fazer com que os imóveis da região deprecie e, sem dúvida alguma a comunidade também não queria que esse presídio fosse.

Brigamos junto também ao Governo do Estado, sobre essa ponte de ligação do Boqueirão, com a Cidade Jardim, que é em São José dos Pinhais, com o bairro São Domingos, onde lá essa ponte, por diversas vezes já tirou a vida de várias pessoas. É uma ponte muito estreita. Fica em cima do canal extravasor do Rio Iguaçu, feito no Governo passado. É uma promessa de anos e anos, de vários governos, e nunca foi tocado. Ali já foi tirada a vida de muitas pessoas, através de batidas de automóveis, pessoas que voltavam do seu trabalho de bicicleta e acabavam sendo atropelados.

É uma briga da comunidade através da nossa emissora de rádio localizada no Município de São José dos Pinhais. Já fizemos passeatas, por diversas vezes, através de reportagens, alertamos as autoridades da importância da duplicação dessa ponte. Agora com uma verba que a COMEC está liberando para a Região Metropolitana, cerca de quinze milhões de reais, essa ponte será duplicada.

Então, estamos aqui parabenizando essa iniciativa, agradecendo à COMEC por atender um pedido nosso, a um pedido da comunidade, mais precisamente do bairro Cidade Jardim, mais precisamente do bairro da Vila São Domingos, onde uma união da comunidade e nosso pedido junto ao Governo do Estado está saindo esta ponte para salvar e não deixar que vidas sejam ceifadas, lá no Município.

Então, queremos agradecer e parabenizar esta iniciativa, não só o Município de São José dos Pinhais, mas também ao bairro Boqueirão, que faz divisa com o Município, porque sem dúvida alguma, muitas vidas, principalmente de trabalhadores, que saem pela manhã cedo, pegam tráfego pesado, na volta também, do seu trabalho, deixarão de ser mortos ou virem a morrer por causa desta ponte, que lamentavelmente assassinou muitas pessoas.

Está de parabéns pela duplicação e mais uma vez agradecemos ao Governo, por ter atendido nosso pedido. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste final de semana vi uma matéria que foi publicada nos jornais da Capital e da nossa região dos Campos Gerais, da cidade de Ponta Grossa, onde os Deputados André Vargas e Ângelo Vanhoni se posicionavam com relação à criação dos parques, que está por acontecer no nosso Estado do Paraná, através de uma atitude, de uma ação do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente.

Ficou claro que estivemos juntos numa grande manifestação, aonde aqui na Casa, proprietários que estão sendo atingidos pela criação do parque, tentaram uma audiência com o Governador Roberto Requião, que infelizmente não os atendeu. A discussão acabou ficando aqui na Assembléia. E o Deputado André Vargas, Presidente do PT e também o Deputado Ângelo Vanhoni lá estiveram, foram calorosamente aplaudidos pelos manifestantes que ali estavam e ao mesmo tempo dentro de uma linha na qual os proprietários pediam uma nova análise, uma redemarcação da formação desses parques que estão acontecendo no Estado do Paraná, porque a realidade é que nos Campos Gerais os parques estão invadindo, estão entrando, a sua delimitação está fazendo com que suas áreas produtivas fiquem dentro dele, e é contra isso que esses proprietários aqui estiveram: pedindo que seja refeita a demarcação desses parques, para que tirem as áreas produtivas.

Neste encontro em que o Deputado Rossoni lá esteve, foi amplamente discutido e os Deputados Vanhoni e André Vargas posicionaram-se naquele momento a favor da rediscussão, a favor de uma nova audiência pública, porque a realidade é que ela não aconteceu; as entidades representativas não foram convidadas. Fizeram, em Ponta Grossa, dentro da universidade, sem convidar ninguém, através de uma audiência, onde convidaram alunos de Biologia, e também convidaram o professor de Biologia, que ajudou a fazer com que as delimitações pudessem acontecer.

E tudo isso aconteceu. Assustei-me quando vi esta matéria nos jornais. Mas, aqui, entendo que o senhor é do Partido dos Trabalhadores, a atitude e a ação que está acontecendo é via Brasília, é o Ministério do Meio Ambiente, mas quero tomar a liberdade para convidar os Deputados Ângelo Vanhoni, André Vargas, Rafael Greca e

todos os que estão aí acreditando nas informações que o Ministério do Meio Ambiente tem passado para nós, paranaenses, e para o Brasil inteiro.

Quando vemos aqui, na própria matéria, falarem que vinte proprietários estão sendo atingidos, num total de 59, apenas 32 sofrerão algum tipo de impacto, é conversa, Sr. Presidente! Não estão passando a informação verdadeira para o PT do Paraná! Não estão informando devidamente o que está acontecendo!

Por isso é que quero convidá-los: para que, *in loco*, possamos ir à essa região onde os parques estão sendo criados, para que não fique esta conversa, porque quando digo que Brasília está mentindo para a Assembléia, para o Paraná e para o Brasil, todos ficam bravos, aqui. Acabam me agredindo: “onde já se viu?”, “tira das notas taquigráficas”. Mas, vamos lá, Deputado! Vamos ver! Nós contratamos um ônibus, dá uma hora e meia de viagem, vamos estar lá e vocês vão ver quantos pequenos produtores vão ser prejudicados, vão ser expulsos das suas terras, vocês vão poder ver as áreas de agricultura que estão na delimitação do parque, todos nós poderemos ver os reflorestamentos de pinus que estão dentro do parque!

Então, eu acho que a discussão é válida, quando eu vejo inclusive na matéria dizer que a discussão é interessante, é importante. É isso que nós queremos fazer, no lugar de 59 proprietários, que dizem que só 32 vão sofrer, eu quero encaminhar, Sr. Presidente, aos Deputados André Vargas, e Vanhoni, cópia do levantamento feito pela Cooperativa Batavia...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado, V. Exa. está inscrito no Horário do PFL e continua com a palavra por mais dez minutos.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PFL***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Então, eu quero entregar aos Parlamentares, a todos, a relação de mais de 205 proprietários que estão sendo prejudicados, e mais, a maior parte de pequenos produtores rurais. Então, aonde que está a justiça social? Estão despejando de suas propriedades, áreas que eles usam para tirar o seu sustento através da produção, e para onde vão essas pequenas famílias? Engrossar o cordão do MST no Estado do Paraná?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Deputado Plauto, eu li também a nota feita pelos Deputados, e na verdade o que está acontecendo quanto à questão desses parques é o pleno desconhecimento da realidade, porque estão querendo satanizar o setor de silvicultura, e essa palavra é importante ser tratada e ser



falada e ser traduzida, silvicultura: quer dizer plantar pinus, é a mesma coisa que plantar soja. E quando se fala nisso é importante dizer que nós estamos tratando de um setor produtivo que hoje gera milhares de empregos no Paraná, e que é o segundo setor em exploração do Estado.

Mas, nem isso justifica a questão da araucária. Agora, se querem satanizar os silvicultores deste Estado, eu também, eu não alugo um ônibus, eu alugo um helicóptero para levar o Deputado Rafael Greca e os demais Deputados, para que vão à região madeireira do Estado do Paraná, e certamente vão observar que naquela região é aonde mais se preservou.

Mandei tirar uma foto aérea de algumas áreas da região Sul do Estado do Paraná e de diversos proprietários para mostrar o que é preservar o meio ambiente, porque a situação está completamente distorcida; estão levando as pessoas, induzindo as pessoas ao erro. Ninguém mais trabalha com araucária, ninguém mais extrai araucária, não existe mais, eu não quero dizer cem por cento, pode ter algum clandestino que tire lá a araucária, mas que alguém que esteja trabalhando nesse setor, não existe mais! O setor madeireiro hoje está baseado em cima do plantio do pinus.

Agora, estão também querendo dizer que plantar pinus é ruim para economia e ruim para o meio ambiente. Eu quero dizer a V. Exa. que enquanto nós tivermos essa insegurança no setor produtivo, certamente muita gente vai continuar passando fome neste Brasil.

Obrigado.

#### **O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, eu lhe pediria um aparte apenas para registrar que a moção que foi enviada por esta Assembléia ao Presidente Lula, à Ministra Marina Silva, ao Ministro Roberto Rodrigues, ao Ministro Furlan, foi no sentido de solicitar que nenhuma atitude fosse tomada sem antes ser ampliado o rol de discussão.

E eu fico muito surpreso ao ver matéria paga do Sr. Capobianco, Secretário Geral do Ministério do Meio Ambiente, publicada na Veja desta semana, matéria dizendo da importância dos parques, mas como sempre negando-se a discutir o fundamento, as regras claras para existência desses parques, as regras claras para aqueles que são seus vizinhos, regras claras de indenização e quem são os proprietários que são afetados.

Quando se diz 32 proprietários, há levantamentos com números bastante superiores. O mais importante é que a regra não é definida. E tenta-se fazer uma guerra santa entre aqueles que são ecologistas e os que não são. Agora, erram a guerra santa quando vão no setor produtivo! Este setor também ajuda a preservar e também faz o seu papel!

É importante que esta discussão seja clara, transparente, que venham os valores para indenizar essas áreas. O Sr. Capobianco diz na sua matéria na revista "Veja":

“vamos pagar o valor e os que não estiverem satisfeitos vão à Justiça.” Sabemos quanto tempo leva para se resolver uma ação em nosso País. Gostaríamos que a reforma do Judiciário já tivesse saído e as soluções fossem rápidas, porque aí, sim, o povo brasileiro poderia recorrer à Justiça!

Imaginem, ser desapropriado por um valor que o senhor ainda não sabe, para, se não gostar, ir à Justiça!

Não me parece ser o procedimento que o PT sempre cobrou de outras administrações, com relação à transparência, clareza dos fatos e da forma a serem implementados esses parques.

Ninguém é contra os parques. Queremos clareza na regra do jogo que o PT se nega a dar!

Muito obrigado!

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Quero deixar claro que ninguém é contra a preservação. Se existem essas áreas de matas com araucária, peroba, imbuia ou outras madeiras nativas, é o resultado do que os proprietários dessas regiões preservaram. Porque senão, não estaríamos nem discutindo esse assunto. Não somos contra a criação do parque, só que temos que tirar de dentro do parque as áreas de agricultura.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

#### **O Sr. André Vargas (PT)**

Sem entrar no mérito da luta partidária, porque poderia ficar aqui falando do PPS, mas não é o caso. Até porque são feitos de colisão.

A questão concreta é a criação dos parques e as condições em que se deram. Disse aqui no plenário que onde não houve audiência pública, haverá, que é o caso de Palmas. Não houve por questões objetivas. Haverá uma nova audiência pública, terá o debate, se precisar faremos o dia inteiro.

É bom dizer que, quando se fala de entidades produtivas, algumas entidades representativas dos produtores participam de um grupo de trabalho desde 2003. Esse grupo aprovou a criação de uma força-tarefa, que andou por diversas regiões, fez os devidos levantamentos e apresentou os dados que confiamos.

É necessário confrontar. Trazer o Capobianco aqui novamente. Faremos todo esforço para que isso ocorra. Só que, é importante dizer que por vezes algumas entidades que participaram daquele grupo, que aprovaram o trabalho dessa força-tarefa, agora, vêm a público dizer que são absolutamente contrários e nunca foram consultados!

Quero entregar isso que estou dizendo aqui na forma de documento, na forma de lista de presença das pessoas que assinaram-na em Brasília, que lá em Brasília não manifestaram com esse ardor toda a sua reprovação e que aqui, muitas vezes, ficaram trabalhando na relação da contra-informação.

Não quero aqui dizer e nem cassar a prerrogativa de nenhum Parlamentar; quero elogiar os Parlamentares que fazem o debate.

Teremos condições de confrontar documentos, Deputado Plauto, até para dizer que houve um método construído, desde 2003, e que apenas agora esse alarde toma essas proporções. Acho que precisamos parar um pouco e ter a proporção da racionalidade, confrontar as informações e os documentos, mas ainda assim, no limite, atuarmos em favor da preservação.

Entre o interesse coletivo e o interesse individual, certamente todos defenderemos o interesse coletivo.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Só para concluir, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Srs. Deputados, mas o tempo não é mais possível para mais aparte.

Quero dizer que vou providenciar, vou conversar pessoalmente com cada um dos Deputados que quiserem visitar essas áreas que estão sendo formadas, por meio do Meio Ambiente, áreas/unidades de preservação.

Hoje, queria falar sobre outro tema, não foi possível, mas amanhã vamos conversar sobre aqueles problemas que estão acontecendo em Brasília. Está contaminado, Sr. Presidente! Vamos falar do problema do Valdomiro Diniz, do Meireles do Banco Central, dos Correios e Telégrafos em nosso País, no IRB - aquele instituto de resseguros no Brasil. Vamos falar sobre uma série de coisas, no dia de amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Com a palavra, a Sra. Deputada Elza Correia, no Pequeno Expediente.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

**A SRA. ELZA CORREIA**

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas:

Primeiro, gostaria de deixar consignado na Casa um sentimento que, tenho certeza absoluta, deve ser o sentimento de todos os Deputados e Deputadas da Casa: sentimento de vergonha e constrangimento pelo descalabro da situação política em Rondônia, algo que estamos vendo e acompanhando pela televisão. É uma coisa inaceitável!

O bom é que não perdemos a capacidade de indignação diante desses descalabros. Nós, da classe política, temos que trabalhar diuturnamente, sistemática e incansavelmente para repudiar, cada vez mais, políticos que, no uso de suas funções e atribuições, nos envergonham a todos, usando a política como um verdadeiro balcão de negócios, usando a política para o favorecimento. Isso deve ser denunciado e nós devemos manifestar em todos os recantos e cantos deste País e quanto isso é constrangedor para todos!

Deputados se vendendo e forçando a barra no ponto de vista da negociação e da propina para garantir a governabilidade do Governador Cassol, também investi-

gado por corrupção, dando uma demonstração de que, realmente, alguns políticos desta Nação deveriam ser banidos da vida pública! Isso, evidentemente, só se faz com a mudança de atitude, de comportamento, inclusive da população que vota e que reconduz, muitas vezes, corruptos irresponsáveis e inconseqüentes que danificam e desmoralizam a classe política!

Eu costumo dizer, Deputada Cida Borghetti, que a gente morre e não vê tudo. É uma coisa profundamente constrangedora. Vemos o Brasil inteiro envergonhado pela atitude desses maus políticos, que fazem não-política, porque política é uma coisa boa, saudável e importante na vida de todos nós, mas fazem politicagem a antipolítica, a política nojenta da troca de favores, inclusive, uma Parlamentar fazendo parte do grupo!

Portanto, eu gostaria de deixar consignado aqui minha repulsa por esse tipo de político que, infelizmente, sabemos que em todas as esferas da sociedade, existe a banda boa e a banda ruim, mas é preciso que a banda boa da política coloque sempre e firmemente as suas posições contrárias a esse tipo de comportamento, que devemos, sem sombra de dúvida, cada vez mais nos posicionarmos frontalmente contra e mostrar à sociedade, à população, que é preciso, sim, exercer o controle social através do voto, e aos poucos irmos eliminando esses maus políticos, que fazem mal à Nação brasileira.

Dito isto vamos colocar boas notícias. É importante colocarmos aqui na Casa, que 80% dos 25 mil professores que participaram do concurso público, que foi aberto por este Estado, para dar aula na rede estadual de escola do Paraná, foram convocados para o exercício da função. Essa, sim, é uma boa notícia! Com isto, o Paraná bate mais um recorde nacional, já que é o Estado brasileiro que fez o maior concurso público para professores e o Estado que mais contratou novos mestres.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Essa Presidência consulta V. Exa. se falará mais um minuto ou a liderança do PMDB lhe cede os dez minutos.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Obrigado.

Eu gostaria de usar o tempo da liderança do PMDB.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

O Governo Roberto Requião, com essa ação, está acabando com a figura do professor temporário ou provisorio, no Estado do Paraná e está profissionalizando o ensino público estadual. Considerando esta uma grande medida. Hoje, mais de um milhão e meio de crianças e adolescentes freqüentam as escolas públicas paranaenses.

É a restauração e a reconquista da educação pública do nosso Estado do Paraná.

A Constituição brasileira fala que os Estados devem investir 25% do orçamento em educação. Isto é o que preconiza a Constituição brasileira. Aqui, no Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião investiu 34,94% do nosso orçamento na educação pública estadual. Nos primeiros três meses deste ano, os investimentos elevaram-se à casa dos 38,48% do Orçamento para a educação. Isto é importante que fique registrado nesta Casa e que a população que nos vê e ouve neste momento, tome conhecimento deste importante dado.

Uma das primeiras iniciativas do Governador Roberto Requião, para colocar a educação pública paranaense nos eixos, foi dar condições de trabalho e dignidade ao exercício do Magistério, e para tanto fez aprovar - nós aqui na Casa temos, evidentemente, a nossa parcela de responsabilidade - o plano de cargos e salários, que entre outras coisas deu aos nossos professores um aumento salarial, que variou de 61 a 102%!

Não há paralelo no Brasil em relação a isso. Nenhum funcionário de Prefeitura, Estado ou União recebeu um reajuste tão significativo. Isto é muito importante.

Outra iniciativa da grande repercussão foi a retomada do ensino profissionalizante, praticamente extinto no Governo que antecedeu Roberto Requião, uma reivindicação principalmente das nossas classes médias. O ensino profissionalizante procura dar aos nossos adolescentes uma formação básica em inúmeras atividades, para que eles possam competir em um mercado de trabalho tão competitivo e disputado como o de hoje.

É importante colocar aqui também a retomada dos colégios agrícolas no interior do Estado do Paraná, centros de ensinos especiais, para dar aos filhos dos nossos agricultores uma formação técnica que os habilite a essas atividades. O Governador Roberto Requião fez com que o Estado assumisse o ensino especial, na nossa avaliação, outra grande notícia, e, ao mesmo tempo, equiparou o salário dos professores do ensino especial aos vencimentos dos professores da rede estadual. Foi realmente um prêmio a professoras e professores tão dedicados que colocam as suas vidas a cuidar das nossas crianças com necessidades especiais.

Outra importante informação, que já é do conhecimento da maioria das senhoras e senhores, é o Portal Dia a Dia da Educação que acaba de receber um prêmio da Fundação Getúlio Vargas, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, pela excelência do seu conteúdo. O Portal dá aos nossos professores o suporte fundamental para o seu trabalho, além de oferecer aos alunos a mais ampla e completa possibilidade de pesquisa.

É importante que se diga também, duas outras iniciativas a essa classe que merece ainda referência. Depois de anos e anos uma desmobilização incompreensível, o Paraná retomou os jogos colegiais; são centenas de milhares de crianças e adolescentes reunidos em compe-

tições saudáveis, o que constitui um verdadeiro celeiro para novos talentos.

Outra alternativa é o Festival de Artes da rede estudantil chamada FERA, que é hoje o maior festival de artes do Brasil. O FERA tem uma particularidade muito interessante, que é a integração da escola com as comunidades. Também aqui estamos vendo com satisfação a revelação de grandes talentos na área da música, do teatro e outras esferas da cultura.

Não poderia deixar de mencionar outra iniciativa inédita do Governador Roberto Requião, que foi a criação do patrulha escolar. Hoje as maiores escolas públicas do Paraná têm sua segurança garantida pela Patrulha Escolar, que leva segurança e tranquilidade à porta das escolas dos nossos filhos. Evidentemente que temos que continuar trabalhando para a ampliação desse projeto, para que ele atenda cada vez mais um número maior de escolas. Da mesma forma, o Governo, os professores, e a comunidade desenvolvem um eficiente trabalho de prevenção e combate às drogas. É no frágil, nessa terrível cadeia, os jovens paranaenses contam com o Poder Público para rejeitar a tentação ao delito. Enfim, é importante deixar registrado a preocupação do nosso Governo, do Governo Roberto Requião, que é com a formação integral de nossas crianças e adolescentes.

Entendo que o investimento na área de saúde, é um dos maiores e mais importantes investimentos, porque a educação, sem dúvida nenhuma, é a porta de entrada para a formação de cidadãos críticos que compreendam a importância do seu papel na construção de uma nova ordem social. E evidentemente esse investimento, desde o início já da campanha do Governador Roberto Requião, nós sempre ouvimos o Governador deixar claro que os investimentos da educação seriam prioridade em seu Governo.

Então, gostaríamos de deixar mais uma vez consignado que o governador tem efetivamente cumprido o que preconizou na sua campanha eleitoral e tem, através dos programas, das ações, enquanto governador, cumprindo com a sua palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)**

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Waldir Leite.

Solicito à Deputada Arlete Caramês, vice-Presidente, encontrando-se em Plenário, para que assuma a Presidência, porque este Parlamentar apenas estava colaborando com o Presidente Hermas Brandão que pediu para se ausentar.

Então, diante da sua presença, eu solicito que V. Exa. assuma a Presidência.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Eu encaminhei no Pequeno Expediente a minha defesa ao Deputado Corregedor, Deputado Accorsi, e é evidente

que eu não poderia deixar de encaminhar a minha defesa sem tecer alguns comentários, inclusive ao acusador, que é o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Posto isto, só queria colocar, Sr. Presidente, que a televisão que está transmitindo, ela não tem obrigação nenhuma de transmitir a minha imagem, mas transmitindo a imagem deveria transmitir no todo, com o som. Eu não sei qual foi o motivo, se houve algum problema de ordem técnica, que vários telefonemas vindos da região metropolitana de Curitiba para o meu gabinete me dão a informação de que eu estava sem som, apenas com a imagem.

Então, eu gostaria de solicitar de V. Exa. se poderia V. Exa. me dar novamente os mesmos cinco minutos que eu já tive para poder fazer o encaminhamento da minha defesa no Pequeno Expediente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)**

Esta Presidência responde a V. Exa. que não partiu dessa Presidência tirar o som do seu discurso. E esta Presidência não se pauta pela televisão. Aqui existe um Regimento Interno que é cumprido. Se a televisão está aqui transmitindo, nós temos que agradecer. Agora, cabe a responsabilidade ao Canal 21.

Transmito a Presidência ao Deputado Hermas Brandão.

**O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)**

Só queria comunicar aos Srs. Parlamentares que prorrogamos o prazo para entrega das emendas da LDO, até dia 31 de maio.

## ***Deputado Waldir Leite (PPS)***

**O SR. WALDIR LEITE**

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, muitos dos senhores devem ter acompanhado na imprensa na última semana, na última sexta-feira, uma reintegração de posse que teve no Município de Campo Magro, onde setenta famílias, aproximadamente, foram despejadas das suas residências, em virtude de ser área de propriedade particular. É um problema sério, social, que o Estado enfrenta, que o País enfrenta, que são as invasões. Mas, o mais absurdo de tudo isto é que a diretora da COHAPAR declara na imprensa que essas setenta famílias vão ser transferidas para Paranaguá. Este foi o maior absurdo da semana, porque eu não sei se a COHAPAR tem conhecimento, ela não tem lote nenhum em Paranaguá, ainda! Ela vai ser proprietária de alguns lotes, desde que seja assinado um futuro acordo ainda entre a Companhia Terra Nova, a Prefeitura e mais os donos de uma área do Jardim Iguazu II.

Então, a diretora afirmar que vai colocar essas pessoas em Paranaguá, por mais que ela as colocasse, elas iriam trabalhar aonde? Iriam acabar complementando a legião de desempregados que já tem em Paranaguá? Será que era mais gente para ir para a delegacia, Scarpellini?

Então, eu vejo com muita irresponsabilidade esta atitude da COHAPAR em querer transferir para Paranaguá um problema que não é seu! Cada município tem que resolver os seus problemas! Se for um problema do Município de Campo Magro que se resolva em Campo Magro! Paranaguá não pode ficar com o ônus de problemas que acontecem em outras cidades, até porque Paranaguá já vem sendo altamente prejudicada pela autarquia maior do Estado que é o Porto de Paranaguá não repassar o ISS à cidade, que é alguma coisa em torno de um milhão duzentos e cinquenta mil reais! Paranaguá já foi assaltada pelo porto, quando o Porto de Paranaguá retirou aproximadamente três milhões e quinhentos mil pedras de paralelepípedo da cidade e até agora ninguém sabe para onde foi parar!

E agora, Deputado Scarpellini, mais esse ônus ainda, setenta famílias que querem colocar em Paranaguá de forma irresponsável, de forma mentirosa, sem consultar a Prefeitura, sem consultar a comunidade e sem ter a área!

Isso é mais um absurdo que vemos e cada vez que acontece algum problema, Paranaguá sempre é escolhida para ficar com o ônus!

Desta forma registramos aqui o nosso protesto, mesmo em nome da Prefeitura de Paranaguá que pediu para nos pronunciarmos a esse respeito e falar que Paranaguá é, sim, solidária a todas as causas, mas ela não pode ser responsabilizada por problemas que ocorram em outros municípios! Não podemos mais engordar a fila de desempregados que já existe em Paranaguá! O Porto de Paranaguá, através de sua má administração, já engordou muito esta fila de desempregados, não tem mais espaço para desempregado em Paranaguá!

Por isso aqui nosso protesto fica registrado e espero que a diretora da COHAPAR reveja essa posição porque ela não pode fazer afirmações dessa forma e nem tomar atitudes que venham em prejuízo da cidade de Paranaguá e da região do litoral. Não podemos admitir mais que os desmandos continuem desfavorecendo e prejudicando a nossa cidade, a nossa região!

Muito obrigado.

## ***Grande Expediente (Reservado para a Jornada de Agro-Ecologia):***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Grande Expediente de hoje, por requerimento da Deputada Luciana Rafagnin, nós vamos ter o representante da Jornada de Agroecologia, Sr. Marcos Rochinski.

Com a palavra o Sr. Marcos Rochinski.

## ***Sr. Marcos Rochinski***

**O SR. MARCOS ROCHINSKI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho em nome das organizações que compõem a Jornada de Agroecologia, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de trabalhadores rurais, a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, uma série de organizações não governamentais, sistema de cooperativas com interação solidária, sistema CRESOL, que, ao longo dos últimos quatro, cinco anos, vêm fazendo um debate, no Estado do Paraná, da necessidade de construirmos um projeto alternativo de desenvolvimento com inclusão social.

A jornada de Agroecologia tem se consolidado como importante espaço, nos últimos anos, de discussão, estudo troca de experiência e ações de luta em torno de um novo projeto de desenvolvimento, centrado na inclusão e na valorização do ser humano, no fortalecimento da agricultura familiar e nas formas cooperadas e solidárias de se produzir.

Este modelo do qual nós falamos tem como princípio fundamental a sustentabilidade econômica, social e ecológica e o reconhecimento das práticas de agroecologia que vêm sendo desenvolvidas por inúmeras comunidades, por milhares de agricultores e agricultoras familiares de todo Estado do Paraná e em todo território nacional.

Para nós, se coloca como de fundamental importância debater este modelo, até porque talvez, Srs. Deputados, se nós tivéssemos tido a capacidade de no passado debater um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade social, econômica e ambiental, se tivéssemos tido a capacidade, no passado, de debater e desenvolver um modelo dessa natureza, hoje não seria necessário estarmos passando pelos debates da necessidade de implantação de parques ambientais. Não haveria necessidade de ter áreas específicas de parque, porque o modelo que tivesse sido implantado no passado estaria, sem dúvida nenhuma, propiciando um bem-estar, uma harmonia entre seres humanos, entre os agricultores, as famílias produtoras, com a população da cidade e com todo o meio ambiente.

Então para nós, mesmo que tenhamos consciência de que esse modelo adotado nos últimos anos a partir de um pacote agroquímico centrado no fortalecimento da grande propriedade, da monocultura de grão, na agricultura de exportação tem trazido seriíssimos problemas ambientais e sociais para todo povo brasileiro. Temos consciência de que mais do que debater a importância do setor da agricultura, da agropecuária, é necessário debater com prioridade de ação a valorização do setor da agricultura familiar. Todos nós sabemos, Sras. e Srs. Deputados sabem também que a agricultura familiar hoje é responsável por 80% dos alimentos que compõem a cesta básica do povo brasileiro.

No entanto, temos menos de 30% das áreas agricultáveis nas nossas mãos. E temos menos de 30% dos recursos aplicados em crédito rural também nas nossas propriedades. Temos a necessidade de debater e de cons-

truir uma alternativa ao modelo econômico, ao modelo de desenvolvimento da agricultura.

Aqui no Estado do Paraná e em todo território nacional as nossas organizações têm travado um debate bastante importante sobre o modelo tecnológico, e temos estado presentes em todos os debates acerca da questão dos transgênicos, tanto é que um dos eixos centrais da nossa jornada é a questão da terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

E hoje, Srs. Deputados, a “Folha de São Paulo” traz uma matéria que para mim é de grande importância: “estudo da Monsanto é mantido em segredo. A Companhia alega razões comerciais para não divulgar os dados”. Mas a matéria trata do seguinte: “milho transgênico causa alteração em ratos. Ratos alimentados com dieta rica em milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações em seu sangue, segundo estudo. Os resultados trazem à tona os velhos temores de que a saúde humana possa ser afetada pelo consumo de alimentos transgênicos”. O jornal britânico “Independent” trouxe detalhes de um estudo secreto realizado pela própria Companhia Monsanto, uma gigante do ramo de alimentos e todos nós conhecemos, que mostra que ratos alimentados com milho alterado tinham os rins menores e variações na composição do seu sangue. Então, essas revelações surgem em meio a pedidos para que os resultados sejam tornados públicos, enquanto os países europeus se preparam para votar se milho modificado deve ou não ser colocado no mercado para consumo de seres humanos.

Então, lá do outro lado do mundo, o povo preocupado a partir de um estudo, que ainda não é detalhado, porque a Monsanto alega problemas comerciais para liberar, e nós, aqui, em meio a esse debate!

Então a jornada da agroecologia se caracteriza como um espaço de troca de experiências de intercâmbios e que nós, sem dúvida nenhuma, vamos travar esse debate. Queremos continuar dando apoio ao posicionamento do Governo do Estado do Paraná e tornar o Paraná território livre de transgênicos. Estamos inclusive realizando vários intercâmbios internacionais.

Daqui a alguns dias, a Deputada Luciana inclusive nos acompanha numa viagem que faremos à França, até a região da Bretanha, para intercambiar, para ver as experiências que lá estão construídas em torno dessa temática. Dessa forma esperamos estar construindo, na prática, a partir de uma prática das famílias das nossas organizações, um modelo baseado em princípios da agroecologia e basicamente, na preservação ambiental. Então, tudo isso torna a jornada da agroecologia uma grande celebração da viabilidade da agroecologia, mostrando na prática essa viabilidade e transformando o Paraná, o nosso Estado, numa referência nacional, internacional para esse debate.

Vamos ter a realização do 4º Encontro da Jornada da Agroecologia nos próximos dias, de 25 a 28 de maio. Juntamente com esse Encontro faremos a Feira Estadual

de Sementes e Alimentos Agroecológicos no Centro de Convenções e Eventos de Cascavel.

Então, em nome dos seis mil trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras familiares das nossas organizações, em nome dessas seis mil que estão se preparando para estarem presentes nesse 4º Encontro da Jornada da Agroecologia, queremos estender esse convite a todas as Sras. e Srs. Deputados, para que se façam presentes, pois entendemos que esse Encontro se constitui em um dos principais momentos de debate sobre modelo de desenvolvimento que queremos e necessitamos para a agricultura familiar no Estado do Paraná, em todo o território nacional.

Julgamos que seria de fundamental importância que os Parlamentares também estivessem inseridos juntamente com os agricultores e as suas organizações, para que possamos construir um novo modelo de desenvolvimento, baseado na preservação ambiental, baseado na preservação dos seres humanos, dos animais, da natureza, para que consigamos daqui a alguns anos, não ser mais necessário estarmos discutindo áreas de preservação, mas que construamos uma consciência de toda população e sobretudo dos agricultores.

Quero dizer, com toda certeza, que os agricultores e agricultoras familiares têm essa perspectiva de implantar esse novo modelo. Se esse novo modelo hoje não é possível, ainda, não é por conta dos pequenos, é por conta das grandes propriedades que têm degradado significativamente o meio ambiente. Se depender da agricultura familiar, se depender das nossas organizações, um novo modelo de desenvolvimento da agricultura, de forma sustentável, será construído no Estado do Paraná em todo o território nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos ao nosso visitante, Marcos Rochinski.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, do PT.

### ***Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero parabenizar o Marcos pela sua brilhante explanação, sobretudo da importância da agricultura familiar para a economia do nosso País e sobretudo no Estado do Paraná, responsável pela produção de perto de 60% dos alimentos consumidos na mesa de todos os paranaenses.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje para manifestar o meu estranhamento a respeito de uma matéria, do caso publicado nesses últimos dias, no que diz respeito à polêmica que está sendo travada sobretudo no Sul do Paraná e aqui na Assembléia Legislativa, a criação do Parque das Araucárias.

Desde o primeiro momento a Assembléia estranhou, a maioria dos Deputados não tinha conhecimento da matéria em questão, fomos surpreendidos por uma série de informações no plenário, há questão de uns dez, doze dias atrás, o Deputado de Ponta Grossa, Jocelito Canto, o Deputado Plauto Miró, o Deputado lá de União da Vitória, região de Palmas, que é atingida pelo parque, o Deputado Valdir Rossoni, manifestaram-se trazendo preocupações a respeito dos problemas que a criação do parque poderia trazer às regiões.

Os problemas são de natureza de limite, do perímetro do parque. A discussão foi de que o parque estava entrando em áreas produtivas, os problemas no que diz respeito à indenização, argumento de que o governo não vai pagar as terras que estão sendo desapropriadas para a construção do parque, o problema das audiências públicas, dizendo que a comunidade não foi ouvida porque a lei prevê para a criação dos parques as audiências públicas.

Faço parte, este ano, da Comissão do Meio Ambiente. Pedi à Bancada do PT para inscrever-me para a discussão das Comissões, pela primeira vez como membro da Comissão do Meio Ambiente, exatamente pelo interesse de, neste ano, militar nesta Comissão, trabalhar nesta Comissão sobre as questões do meio ambiente, não só da região metropolitana, da nossa cidade, da capital do Estado, mas também, sobretudo do litoral do nosso Estado, tão próximo aqui da capital e os problemas são cada vez mais graves no nosso litoral, nas cidades de Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba. Acompanhei essa discussão do Parque das Araucárias com muito interesse.

Manifestei claramente a minha opinião, desde o início. Sou favorável, absolutamente, à criação do parque, porque nós que conhecemos o que aconteceu no processo de desenvolvimento do Estado do Paraná, hoje percebemos que, dos cem por cento de vegetação nativa do nosso Estado, apenas três por cento restam no Estado do Paraná.

A araucária, que é uma árvore singular, não existe no resto do mundo, só existe na Região Sul do Brasil. Existem pouquíssimas araucárias no Estado do Paraná.

Na Região Sul, onde está sendo construído o Parque, são 92 mil hectares. Desses, 48 mil hectares já são de áreas públicas. Isto é, nenhuma área particular está sendo atingida por mais da metade do parque que está sendo criado. O restante da área, que são perto de quarenta e poucos mil hectares, atinge alguns proprietários.

Fui bem claro quando os proprietários estiveram aqui e fizeram a audiência pública, que foi conduzida no plenarinho da Assembléia. Lá estavam os proprietários

rurais de Palmas, de Ponta Grossa, da região de Cianorte, onde está sendo criado o Parque das Perobas, e fui muito claro para todos os proprietários dessas regiões. Sou a favor do parque, lutarei com intransigência pela sua criação. Acho que o Governo Federal está fazendo uma grande ação para o Estado do Paraná e para todos aqueles que querem preservar a natureza, ainda o que resta, sobretudo dessa árvore tão rara que é a araucária.

Mas, se tivesse algum problema de perímetro, se tivesse alguma área que tivesse sido atingida, que sua totalidade era produtiva, eu até ressaltei que essa área poderia ser desapropriada, porque como se trata de fazer uma ligação entre trechos onde já têm um pouco de reserva e aonde não tem, para fazer a ligação da biodiversidade, dos corredores biológicos, talvez fosse necessário a desapropriação de uma ou duas áreas nesse sentido.

Como no Estado do Paraná, temos aí mais de trinta mil áreas agrícolas, quatrocentas áreas agrícolas, estamos falando de trinta propriedades, e se destas trinta propriedades tiver uma ou duas áreas integral, que tenha que ser desapropriada, eu acho que, à luz da razão, do interesse coletivo, da necessidade da preservação, é lógico que todo cidadão paranaense e o conjunto dos Deputados da Assembléia Legislativa, para entender a razão em se constituir um parque para preservar a mata nativa e o pouco de araucária que ainda existe no Estado do Paraná.

No entanto, uma coisa foi ressaltada nesse processo, de que a discussão não aconteceu a contento nas audiências públicas. Foi relatado, aqui da tribuna, que a audiência pública na cidade de Palmas, em especial, não aconteceu, fato reconhecido pelo superintendente do IBAMA da região aqui do Estado do Paraná.

Pois bem, o Governador do Estado foi consultado sobre esta área. E uma reunião junto ao Governo do Estado realizou-se, com a presença de várias entidades e vários órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal e entidades ambientalistas, que discutiram e apontaram as necessidades da realização do parque. Foi no mesmo dia, inclusive, que a audiência pública foi realizada aqui na Assembléia Legislativa.

Para minha surpresa, dois dias após a realização dessa reunião, com a presença do Diretor de Florestas do IBAMA, do Governo Federal, Sr. Capobianco, veio ao Estado do Paraná e entre outras coisas, garantiu, anunciada pelo Presidente do Partido, Deputado André Vargas, que na cidade de Palmas será realizada uma nova audiência, como prevê a legislação, porque lá não aconteceu.

Deputado Marcos Isfer, sentado à Mesa, onde está o Deputado Carlos Simões, e com o Presidente da Assembléia, sobre este ponto da questão das audiências públicas, consultou-me se eu seria favorável à realização de audiências públicas. Eu, imediatamente, disse que sim. E assinei uma moção.

No entanto, minha assinatura nessa moção, favorável à audiência pública, que a discussão possa acontecer, a mesma opinião que tenho agora é a mesma que manifestei quando os empresários estiveram aqui: se acontecer

alguma injustiça do ponto de vista do perímetro do parque, do ponto de vista da indenização da área e do preço que está sendo dado para a área - porque muita coisa se disse, aqui, que não vão pagar benfeitorias, não vão pagar isto - nada disso é verdade!

O governo tem dinheiro em caixa e a legislação atual diz que o cidadão só deixa a posse da sua terra quando for depositado no banco sua indenização. É uma nova legislação, em relação à desapropriação destas áreas.

Sabedor destas novas notícias, foi com estranheza que vi meu nome pensado com minha assinatura, porque foi expressão da minha consciência, é minha assinatura - fui eu quem assinou - solicitando a necessidade de abrir à discussão, para ver se tinha algumas questões a serem discutidas, sobretudo na cidade de Palmas, aonde não havia, de fato, ocorrido. Mas, de lá para cá muita coisa aconteceu. Muitas informações vieram a público. O Diretor do IBAMA veio a esta Casa, informações novas aconteceram, o Diretor do IBAMA do Governo Federal manifestou a vontade e a decisão de fazer uma audiência pública na cidade de Palmas, eu assisti meu nome sendo engrossado quanto àqueles que assinaram a mesma moção, como se não quisessem a realização do parque.

Então, neste sentido, Sr. Presidente, para dirimir as dúvidas, empresto meu apoio pessoal para que as dúvidas sejam dirimidas, para que se alguma injustiça de perímetro do parque estiver acontecendo, nós possamos reconhecer.

Mas, não posso admitir que minha vontade e aquilo que acredito seja necessário para o Estado do Paraná, que é a criação do parque, fique em dúvida. Não só para a Assembléia Legislativa como para a opinião pública. Acho que para a opinião pública deve ser expresso o que cada um pensa e que é fruto da sua consciência.

Neste sentido, fiz um requerimento, espero que V. Exa. acolha e que os Srs. Deputados entendam, estou pedindo a retirada do meu nome desta moção, e estarei enviando uma carta ao Presidente da República, à Ministra do Meio Ambiente, ao Superintendente Federal do IBAMA, e a todos os órgãos federais afeitos a esta matéria, de que o Deputado Estadual Ângelo Vanhoni é favorável à criação do parque das araucárias no Estado do Paraná. Ressalvo ainda que todo o empenho que eu puder fazer para que se alguma injustiça esteja sendo criada eu farei para que os direitos sejam garantidos, tanto dos proprietários quanto da população de forma geral. Quero dizer, outrossim, que amanhã me inscrevo novamente no Pequeno Expediente, com mais tempo, para contradizer as palavras do Deputado Plauto Miró em relação aos problemas da criação do parque na cidade de Ponta Grossa e nas cidades limítrofes na região de Ponta Grossa.

Era isso Sr. Presidente, muito obrigado pela sua benevolência ao tempo exigido por este orador.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Ângelo Vanhoni, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, cumprimentá-lo porque quem subscreveu aquele requerimento, pelo menos pelo que eu entendi, subscreveu com o mesmo objetivo que V. Exa. falou daquela tribuna.

Agora, a grande verdade, é que está se distorcendo o objetivo. O que está se fazendo? Criando-se um clima de terror na questão da criação dos parques! Essa é a razão. Se o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, vier, Deputado Marcos Isfer, com a compreensão, até acredito que nós poderíamos indicá-lo como representante da Assembléia para acompanhar esse trabalho que será feito pelo Ministério do Meio Ambiente; porque eu vi, ouvi o equilíbrio do pronunciamento de V. Exa. Se nós queremos preservar, tem que preservar o que existe; e se nós queremos criar corredores, tem que ser criado! É o que V. Exa. disse. Agora, o que não pode, pelo que nós sentimos do Ministério do Meio Ambiente, do Capobianco, e me desculpe discordar de V. Exa., o Superintendente do IBAMA do Paraná, na verdade não veio para esclarecer aqui nesta Casa; veio para enrolar, veio para pregar a sua tese ideológica do desenvolvimento ecológico da sua teoria do que esclarecer a esses Deputados. Por quê?

E aí me desculpe, houve um desentendimento da própria Mesa, o Deputado Rossoni quando quis interpelar o Superintendente do IBAMA, queria fazer perguntas rápidas e respostas rápidas. “Sr. Superintendente do IBAMA, quantas propriedades serão desapropriadas? Como serão pagas?” Porque há propriedades dessas que são escrituras centenárias, que se você for ver o valor real, quem vai dar o valor real das propriedades? Nada melhor do que uma comissão da própria região, de pessoas que compreendem o preço das áreas. O que é importante ser dito, o parque vem de encontro a uma questão que está se cometendo uma injustiça no Paraná.

Na verdade algumas pessoas neste Estado preservaram as araucárias. Estas poucas pessoas hoje já não podem usufruir dessas propriedades, porque a lei não permite! E tem que ser pagas! Conheço famílias que eram multimilionárias há três anos atrás e hoje são de classe média, que por terem preservado muitas áreas de araucárias perderam o seu patrimônio. E ninguém diz quem vai pagar.

Quero desviar a questão partidária. Não é questão do PT, do PSDB, do PMDB ou quem quer que seja. Não podemos levar para aquele campo, por exemplo, quando o Deputado Rafael Greca chamou os produtores de soja de gananciosos. Não é por aí que vamos resolver o nosso problema. Fico triste quando ouço o Deputado Rafael Greca, culto como ele é, levar para o campo da demagogia.

Agora, quando ouço V. Exa., com a autoridade que tem dentro do seu Partido, falar com tamanho equilíbrio, sinto-me tranqüilo também para colocar o meu posicionamento.

Temos aqui o Prefeito de General Carneiro que está liderando o trabalho na Região Sul. É um entendimento de todos, mas estão desvirtuando a lógica e a realidade!

Vi na Gazeta do Povo meia página de pessoas dizendo-se favoráveis aos parques. Todos somos favoráveis, não tem um aqui que seja contra. O que somos contra é induzir a população ao erro, sem entender a causa, o objetivo, o porquê, onde queremos chegar, o que queremos fazer! Esta razão madura, temos que levar nesse debate.

Quando ouço pronunciamento de pessoas equilibradas, fico confortado. Quando ouço o pronunciamento de alguém que quer jogar para a torcida e hoje ser ecologista é moda, aí me preocupa!

Não é um defeito do Governo Lula. É um defeito do Governo Fernando Henrique, do Governo que antecedeu o Jaime Lerner, é um defeito do Governo Roberto Requião, porque as questões ambientais do Estado e da Nação são tratadas por pessoas teóricas. Eles não conhecem a verdadeira realidade. Eles estão trabalhando com o Paraná como um todo. O Paraná é diferente. O Paraná dos Campos Gerais é diferente do Paraná de Palmas. O Paraná de União da Vitória é diferente do Paraná de Londrina. E as pessoas que são responsáveis pela questão ambiental olham o Paraná como um todo, e o Paraná não é igual! Ele é diferente por regiões! E precisamos de equilíbrio! Deus queria que as pessoas que vêm tratar dessa questão pensem como nós pensamos; certamente, eles não vão encontrar dificuldades para tal questão.

### **O Sr. Augustinho Zucchi**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Valdir Rossoni, bem rapidamente, apenas para colaborar ou corroborar com o seu pronunciamento, justamente no sentido daquilo que falou o Deputado Ângelo Vanhoni, na tribuna.

Acho que temos que ter um pronunciamento bastante equilibrado a esse respeito. Como falou V. Exa., ninguém aqui é contra a criação de parques, aliás, na audiência pública daquele dia ficou bastante visível a posição de todos os Parlamentares. O que não dá é pegar o mapa do Estado do Paraná, traçar nele onde ocorria a floresta atlântica e desapropriar sem falar com os nossos proprietários o que vai acontecer com relação à desapropriação.

Eu sei de pessoas de Palmas, - região que V. Exa. e o Deputado Marcos Isfer representam - que estão oferecendo áreas de reserva florestal para o Estado, já que eles não podem cultivar, não podem fazer corte de raso, não podem mexer, para que seja adquirida. Agora, o que é um problema, e falou bem V. Exa. que não é só deste



Governo, é que muitas vezes as pessoas por não conhecerem a realidade, vêm discuti-la.

Com relação à lista, ao requerimento, Deputado Rossoni, eu não assinei porque não fui procurando no momento, mas gostaria de tê-lo, porque não acho errado fazer o parque; está errada a condução por parte do IBAMA com relação aos parques que se quer criar aqui no Estado do Paraná.

Acho que a população merece respeito. Temos que ouvi-la. Aí, sim, tomar uma decisão sobre qual a parte a ser desapropriada, como será, e o que vai ser pago para os agricultores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, uso o Horário da Liderança da Oposição. Na região de Palmas e General Carneiro, se não me falha a memória, são 16.500 hectares. Olha, não precisa mais de uma semana para o Governo procurar as áreas onde está a araucária e comprar trinta mil hectares, inclusive com os corredores, com os rios de águas cristalinas; você olha de cima da ponte e vê a água e vê a pedra. Se o Governo quiser comprar, não dezesseis mil mas trinta mil hectares, os proprietários estão dispostos a vender, e aí é que vem a questão: será que querem comprar mesmo?

Quem quer comprar procura quem quer vender e quem tem. O que não pode é, porque tem cinco araucárias aqui, no meio de quinhentos hectares, desapropriar-se os quinhentos hectares! Então, vamos pegar uma floresta virgem e vamos desapropriar.

Deputado André Vargas, vou convidá-lo para visitar minha região com mais tempo. Tenho certeza que V. Exa. vai contribuir muito para essa questão. Vou convidá-lo para passar um final de semana comigo, e nós vamos pegar um “toyota” velho que tenho do meu falecido pai, e vamos dar uma andada e vou mostrar lá algumas reservas de araucárias. V. Exa. vai voltar de lá dizendo: “o Governo só não vai criar o parque das araucárias se não quiser!” E digo mais: sem ter problemas com proprietários, sem ficar fazendo jogo de ir lá na universidade e dizer para os estudantes: “Estão querendo eximir as araucárias do Paraná!”

Não é verdade: entres os municípios de Birutuna, General Carneiro e Palmas, que têm 16 mil hectares para serem desapropriados, nós arrumamos lá 30 mil hectares de araucária, imbuia, canela, madeira primitiva, muito fácil, porque os proprietários não têm mais o que fazer com isso, então, eles querem se desfazer mesmo.

O que não pode é um cidadão vir aqui com um representante do IBAMA - desculpe-me -, que sem nenhum conhecimento, não respondeu nenhuma pergunta e por isso deu aquele problema que aconteceu aqui. Se subisse naquela tribuna alguém que conhece e tivesse equilíbrio, nós teríamos levado ao conhecimento público, o que estamos levando hoje com clareza.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Ísfer e, logo após, ao Deputado André Vargas.

**O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

Agradeço o aparte, Deputado.

Quero frisar que realmente desde o pronunciamento do Deputado Vanhoni, é perfeito. Nós pedimos naquele momento mais esclarecimentos, a realização das audiências que não haviam sido realizadas, novas audiências em Ponta Grossa, porque, da forma como foi realizada, a população também não ficou satisfeita, mas, mais importante do que tudo isso, existe um grupo de trabalho em cima daquela Portaria 507, 508, ainda do final de 2002, só que no momento em que se fez a força tarefa, ninguém do setor produtivo foi incluído; os técnicos o foram e a partir daí ficaram falhas as discussões. Essa era uma discussão que deveria ter passado por esta Casa de Leis e ter vindo ao conhecimento dos Deputados e até mesmo da Câmara Federal. Inúmeros pronunciamentos ocorrem na Câmara Federal, onde Deputados Federais e até mesmo do Senado se dizem totalmente alheios aos processo; desconhecem-no.

Fica muito claro: falta mais discussão.

Ninguém é contra. Acreditamos nos corredores de biodiversidade, nos biomas, na preservação, mas é importante que haja discussão e que seja claro, porque, como bem disse V. Exa. tem muito proprietário que já transformou as suas áreas em RPPN, que não tem problema nenhum em manter e até mesmo vendê-la para o governo. Como fica o entorno? Dizem alguns teóricos que a silvicultura tem um problema sério: polén do pínus é levado pelos pássaros e pelos ventos e acaba se instalando em outras regiões. Ora, será que vamos ter amanhã um cerceamento dessas áreas, para que elas possam continuar desenvolvendo o reflorestamento? Se isto ocorrer, acho que é uma grave preocupação e novamente um novo ponto de discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o aparte.

Concedo-lhe um aparte, Deputado André Vargas.

Quero saber, primeiramente, se V. Exa. aceitar o meu convite.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Lógico! Será um prazer percorrer tão belos campos e florestas que V. Exa. conhece. Mas aquela reserva tra-se de um refúgio de vida silvestre chamado Campos de Palmas; não se trata apenas da preservação de floresta, que de fato é rica. Tem a questão da vida silvestre, das

condições em que alguns animais que lá vivem. Para aquela área, para esse tipo de atividade diária de preservação ambiental, não haverá, nenhum desapropriação. Aliás, nenhuma atividade econômica, a princípio, haverá de ser suspensão, assim como também na área do entorno, como disse o Deputado Marcos Isfer.

Parece-me e é de fato o nosso tempo aqui é exíguo em relação a isso e as primeiras audiências que fizemos aqui não propiciaram um debate propriamente dito, que alertavam para que as audiências públicas que não tinham ocorrido e que de fato em Palmas não ocorreu, por motivos e interpretação das mais variadas e lá haverá uma nova audiência pública. Talvez, nesse dia tenhamos uma oportunidade de lá estarmos participando dessa audiência.

Com relação às outras áreas é bom entender e, nós, aqui, não em uma Sessão Plenária, talvez, a Comissão do Meio Ambiente, não sei se o Deputado Francisco Bühner está no momento, fizéssemos uma análise racional dessa questão e confrontássemos as informações.

Esta é a sugestão que deixo, não só para V. Exa. mas para o nosso Presidente Hermas Brandão, que paralelamente aos encaminhamentos da articulação política não deixássemos de cumprir aqui uma tarefa que é dos Deputados, que é a Assembléia. E na sua Comissão do Meio Ambiente, ou mesmo em uma ação conjunta da Comissão de Agricultura, fizéssemos uma análise racional para que, cotejando os fatos, interpretações, documentações, pudéssemos apresentar ao Plenário uma visão de conjunto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o seu aparte, Deputado André Vargas.

É aí que às vezes eu fico me perguntando, o engessamento do nosso Regimento faz com que não se chegue a esse nível de debate.

O debate, no primeiro momento, Deputado Dobrandino, sempre vai para o emocional. Depois as pessoas vão entendendo melhor o que cada um quer dizer e diz-se então com mais equilíbrio e com mais perfeição. O debate é rico por causa disso; enriquece o Parlamento.

Por essa razão, é que sempre eu defendo aqui o debate, porque por mais acalorado que seja e por mais extenso que seja, quanto mais se debater, mais conclusivo e mais correto é o entendimento da questão sendo debatida.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo. Só gostaria, porque o Deputado Scarpellini também quer um aparte - eu tenho alguns minutos só - se possível, fosse breve. Sei que o assunto é palpitante.

#### O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Bem, Deputado Rossoni, a luta pelo meio ambiente tem que ser permanente, enquanto ele não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar. E, evidentemente, para chegarmos a essa preocupação coletiva, temos que promover debates, que, evidentemente, sempre

são positivos. Agora, temos algumas sugestões a serem colocadas e brevemente.

Primeiro, o Paraná, segundo o IBGE tornou público semana passada, através da Lei do ICMS Ecológico, é o Estado que mais investe em meio ambiente no País. Então, a Lei de ICMS Ecológico é a que mais investe em meio ambiente no País e é um feito desta Casa. De 1992 para cá, nós já conseguimos em torno de 190 áreas de preservação ambiental.

Agora, também me preocupa desenvolver o raciocínio, até me perco porque ver a Amazônia, por exemplo, do jeito que está sendo desmatada e constatar as ONGs (algumas, não podemos generalizar, porque é como acontece com os políticos: quando se generaliza, comete injustiça), mas se há um meio para que o Governo, os Governos, qualquer que seja, municipal, estadual ou federal, passar dinheiro para lavar dinheiro público, é via ONGs. Infelizmente se não há alguém que polui de verdade o meio ambiente, no caso de Curitiba e região metropolitana, é a SANEPAR, porque Pinhais, que é um Município onde nós coletamos a água, tem apenas 39% de esgoto tratado e coletado. O resto vai para o Rio Iguaçu que acaba lá em Foz do Iguaçu!

Então, Deputado Rossoni, e essa semana ainda nós tivemos uma denúncia: em Tamandaré derrubam oitenta pinheiros, na cara dura! Ligamos para a Polícia Florestal e eles disseram que não tinham carro para ir até lá!

Então, nós precisamos discutir essa questão ambiental definitivamente. E para discuti-la, bem disse V. Exa., vamos levar horas, porque o que é bom para um, às vezes não é, economicamente, para outro. Nós precisamos compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo meu pronunciamento e peço desculpas ao Deputado Scarpellini.

Na verdade, Deputado Neivo, o que nós precisamos são leis claras e que essas leis sejam exigidas. O que ocorre hoje no Estado do Paraná? Não existe entendimento nem do IAP com o Secretário do Meio Ambiente. Nos encontros que tiveram com as lideranças, com os Prefeitos - eu não me fiz presente - pelas informações que nos chegam, eles mesmos divergem da execução da lei que existe. Então, como que nós vamos trabalhar a questão ambiental quando o Secretário do Meio Ambiente e o Presidente do IAP falam línguas diferentes?

Então, se tivermos leis claras, vai ficar tranqüilo o setor produtivo, vão ficar tranqüilas as ONGs e as pessoas que querem preservar o meio ambiente.

Agora, nós precisamos de leis claras. Que elas sejam debatidas para interpretá-las, porque quando o Secretário o faz de uma maneira e o Presidente do IAP de outra, está aí o primeiro passo para que a lei não seja cumprida.

Obrigado pelo tempo que V. Exa. me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

Com a presença de 46 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 022/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Governador do Estado do Paraná, que seja procedida a chamada dos candidatos aprovados no concurso promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, para o cargo de agente penitenciário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência em plenário nos dias 24 e 25 do corrente mês, para participar da IX Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, a realizar-se na Costa do Saúpe. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Legislativo a outorgar título de Cidadania Honorária ao Sr. Benedito Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, O "Pinga-Fogo". COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco - APAC, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE e CEMA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### **EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 206/2003**

Modifique-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 206/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Cria programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública de educação do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoio:

Dobrandino da Silva, Nereu Moura, Rafael Greca e Delegado Bradock.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a divulgação por meio telemático das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA CO.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 581/2003**

Art. 1º .....

§ 1º .....

§ 2º. Também incluem-se no *caput* deste artigo, os repasses orçamentários efetuados pela União ao Estado do Paraná, através de seus Ministérios, Autarquias e demais Órgãos Federais, bem como a execução dos mesmos.

Art. 2º .....

Art. 3º .....

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoioamento:

André Vargas, Cida Borghetti, Natálio Stica, Arlete Caramês, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho e Edson Praczyk.

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela, tem por objetivo acrescentar o parágrafo 2º do artigo 1º, para assim, incluir os repasses orçamentários da União ao Estado do Paraná, bem como a sua execução dos mesmos.

O sentido em acrescentar mais um parágrafo ao projeto, é dar publicidade a todos os cidadãos paranaenses e também brasileiros, quais foram os repasses orçamentários advindos da União.

Dado o conhecimento público das informações orçamentárias, via internet, fica demonstrado por parte do Governo Estadual, transparência, tanto no recebimento das receitas como no repasse das mesmas aos Municípios e às entidades sociais paranaenses.

Acontecida a publicação via internet, facilita aos cidadãos o controle e o acompanhamento das receitas e dos gastos do Governo Estadual, bem como de suas aplicações no Estado do Paraná.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Emenda à proposição em tela.

Sou em Cristo!

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que permite a transferência de crédito do ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e os seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado André Vargas, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 292/2004**

SUBSTITUA-SE o contido no Artigo 2º do Projeto de Lei nº 292/2004, pelo seguinte:

“Art. 2º. Não serão objeto de estorno os créditos relativos às aquisições realizadas com crédito do imposto e que tenham sido tributadas na operação anterior.”

Sala das Sessões, em 23.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Ademir Bier e Delegado Bradock.

**JUSTIFICATIVA:**

Este projeto de lei tem por escopo facilitar ao pequeno produtor de propriedade agrícola familiar o acesso à modernização da frota de maquinários agrícolas.

O último censo agropecuário, realizado em 1996, aponta que a pequena agricultura tem uma significativa colaboração na produção total de alimentos e emprega a grande maioria dos agricultores. Historicamente as políticas públicas beneficiaram em particular os grandes latifundiários, em detrimento dos pequenos agricultores, que quase sempre ficaram sem apoio institucional.

A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais e concentra apenas 25% do total do crédito agrícola.

Porém, ela agrega 77% do total de trabalhadores ocupados na agricultura e representa 38% do valor bruto da produção nacional.

Pretendemos beneficiar com este Projeto de Lei o agricultor familiar, aquele que administra o próprio estabelecimento e cujo trabalho dos membros da família, é superior ao trabalho contratado, sendo que a propriedade não exceda a 50 alqueires, pois este produtor perde em competitividade por falta de máquinas agrícolas ocasionando pela impossibilidade de acesso a tecnologia pela ausência de crédito específico e investimentos.

Diante do aqui exposto solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa-Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a unidade nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Trinta Deputados. **Está aprovado o referido projeto, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a inclusão do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a denominar a nova Escola Pública Estadual do Jardim Santarém II, em Fazenda Rio Grande, com o nome da Sra. Líria Micheleto Nichele. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a denominar a nova Escola Pública Estadual do Bairro Hortência II, em Fazenda Rio Grande, com o nome da Sra. Lucy Requião de Mello e Silva. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, estabelecimento de ensino situado na Cidade Industrial de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do Dia da Bandeira do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, antes de encerrar a Sessão, gostaria de dizer que o Deputado Barbosa Neto e eu viemos de Londrina com uma tarefa. Após uma reunião com várias entidades, a OAB, juízes, promotores, Centro de Direitos Humanos, nós dois ficamos encarregados de conversar com o Desembargador Tadeu Loyola sobre a questão do Código de Organização Judiciária em que algumas Varas foram votadas por esta Casa. Viemos com a tarefa de conversarmos como Desembargador para reiterarmos a necessidade dessas Varas e também para marcarmos uma reunião com as entidades da sociedade civil organizada de Londrina.

Portanto, queremos deixar consignado que nossa tarefa foi cumprida e que o Desembargador receberá os representantes de Londrina assim que a agenda for estabelecida por aquelas entidades.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 12.420, de 13 de janeiro de 1999 (assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo Teatral Coisa Nossa, com sede e for no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

## ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA ADITIVA DA CCJ. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

P A R E C E R :

### Histórico

O Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre a dispensa do pagamento do ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula.

### Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.”

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

### Da conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, acolhida a emenda do Deputado Delegado Bradock.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

Acrescente-se dois artigos ao Projeto de Lei nº 183/2005, que dispõe sobre Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automó-

veis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula, a saber:

Art. 3º Todos os proprietários de veículos escolares, beneficiados por esta lei, serão obrigados a fornecer aos seus clientes desconto de 20% (vinte por cento), sobre o preço da tabela praticada, com reajuste somente uma vez por ano, com base na inflação anual anunciada pelo governo.

“§ 1º Todos os veículos deverão estar registrados no órgão competente para as devidas fiscalizações.

§ 2º Deverá constar escrito na lataria dos veículos:

I - exclusivo para transporte de alunos;

II - o telefone para reclamações;

III - o desconto de 20%.

Art. 4º Os candidatos para esse tipo de benefício somente poderão adquirir um veículo, não podendo ter nenhum outro no seu nome.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 183/2005

P A R E C E R :

### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar.

### Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo, na forma de emenda aditiva. A preocupação principal do autor é atribuir os mesmos benefícios fiscais ao transporte escolar já concedidos aos taxistas.

### Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1479, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 183/2005.

## ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2005, conforme Resolução nº 03/2004. PARE-

## CER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas de verba de ressarcimento para atender despesas dos Deputados, referente ao mês de abril de 2005, conforme Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli e Marcos Isfer.

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 039/2005

#### P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 39/2005, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, concluindo pelo parecer favorável, aprovado.

Pelo acima exposto, este relator delibera pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

## *Discussão Única*

### ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que propõe a estadualização do trecho da rodovia Desembargador Edmundo Mercer, que liga a sede do Município de Formosa do Oeste à localidade de Consolata, com extensão de seis quilômetros, e a recuperação asfáltica. **Aprovada.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de convidar a todos os Deputados para amanhã, às 9 horas da manhã, na Sala das Comissões.

Teremos uma reunião da Comissão de Agricultura, Comércio e Indústria desta Casa e estaremos discutindo o projeto da autarquização da EMATER. Já convidamos o Governo, a EMATER e estamos convidando todos os Deputados que tiverem interesse em discuti-lo.

A intenção da Comissão é debater, aprofundar um pouco mais e tentar entender os dois lados, tanto o Governo como a EMATER, o porquê sim ou o porquê não da autarquização da EMATER.

## *Requerimentos*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1477, 1478, 1490 e 1519, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1480, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1482, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1483, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1484 a 1489, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1493 e 1495, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1496, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1497, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1498, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1500, 1501 e 1502, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1503, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1504, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1505, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1506, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1507, 1508 e 1509, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1511, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1512, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1514, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1513, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1517 e 1518, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1520, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini, Ademar Traiano, Reni Pereira e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1521, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1522, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1516, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, quero registrar a minha estranheza e o meu repúdio com a atitude da Diretoria do IBAMA no Paraná, no que diz respeito à estrada que funciona no Município de Piraí do Sul, dentro da Floresta Nacional.

A minha visão é que no momento em que se discute a preservação da mata de araucárias, se discute a criação de parques nacionais é de uma extrema burrice, beira à raia da cretinice e idéia do IBAMA tentar restringir o ir e o vir do povo dentro de uma floresta nacional. Em persistindo essa mentalidade de proibir para preservar o Morro Anhangava, proibir os jovens de descenderem de parapente e de asa delta do Morro do Anhangava para preservar a Serra do Mar, proibir o ir e vir do povo de Piraí do Sul por uma estrada tradicional, antiga, em nome da preservação da floresta nacional porque morreu uma cobra, uma única cobra atropelada no sertão de Piraí do Sul, beira às raias da cretinice. Quando teremos a noção de que a preservação nasce do uso ambientalmente correto, nasce do desenvolvimento sustentável?

O mundo não é um horto florestal, o mundo tem pessoas e quem quer conservar a natureza tem que ser

adepto da idéia de educar as pessoas para a preservação da natureza! As cidades não precisam ser governadas; precisam ser educadas! As populações não precisam ser proibidas com relação à preservação da natureza; precisam ser educadas para preservar a floresta nacional, inclusive com a estrada aberta.

Era isso.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Apenas para consignar que foi aprovado na fase dos requerimentos, um voto de congratulações ao Secretário de Saúde de Londrina, Sílvio Fernandes e isso significa que ele será o Presidente Nacional do CONASENS e esta Casa, ao parabenizá-lo, fortalece a representação do Paraná. Isso vale não só para Londrina; vale para os 399 Municípios do Paraná, para todos os que militam na área da saúde, com espaço de interlocução para os Secretários de Saúde dos municípios para tratar a questão dos recursos federais. Vale dizer que, como se trata de recursos vinculados, é uma das áreas que têm provisão de recursos.

É importante, portanto, para os Deputados que, ao aprovarmos esse requerimento, também possamos fazer uso desse novo instrumento que é a Presidência do CONASENS, por um ano, para articularmos aos nossos municípios, recursos federais para o atendimento da demanda dos municípios.

Faço essa questão de ordem com deferência da Presidência, no sentido de saudar o Secretário da Saúde, Dr. Sílvio Fernandes.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

Nossos cumprimentos ao Secretário.

### *Explicações Pessoais:*

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, que é nosso aniversariante de hoje.

### *Deputado José Domingos Scarpellini*

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, muito obrigado.

Tenho que agradecer à manifestação dos amigos, dos colegas, dos companheiros da Assembléia Legislativa, dos funcionários e da família, que nos cumprimentou nesta data, mas não poderia deixar de tecer um comentário sobre a minha defesa, que encaminhei ao Corregedor da Assembléia Legislativa do Paraná e que fiz no Pequeno Expediente, mas como não estava sendo transmitido para as famílias que ouviram falar da denúncia que eu havia sido acusado pelo senhor Roberto Requião de Mello de Silva, me



veja na obrigação de, neste momento, proceder à leitura de parte dos documentos ou fazer alguns tópicos da minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. terá quinze minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vejo ser de suma importância para a minha pessoa. Talvez não seja importante para o acusador, para o detratador, porque é próprio das pessoas que difamam e que acusam, depois esquecer e achar que o acusado é apenas um número ou apenas um instrumento. Eu então hoje apresentei a minha defesa e quero fazer aqui um histórico sobre o que levou o Sr. Governador a pedir uma CPI aqui na Assembléia, mandando para cá um dossiê do Deputado José Domingos Scarpellini.

Disse o meu detrator que eu estava respondendo a alguns processos lá na Comarca de Apucarana e que ele queria que as coisas ficassem claras e transparentes.

Então, quero dizer que também quero que as coisas sejam claras e transparentes. Quero Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que os mesmos processos que ainda respondendo, agora sendo Deputado de Oposição ao atual Governador do Paraná, são aqueles que eu já tinha, quando fui convidado por ele, em 1993, para ser Secretário Especial de Governo e trabalhar com ele no Palácio Iguaçu.

Portanto, àquela época o Governador não entendeu ser demérito a minha pessoa responder alguns processos lá em Apucarana. Hoje, no entanto, passados 12 anos, ele representa esta Casa e faz uma petição que do ponto de vista jurídico é uma verdadeira aberração, uma coisa que não dá para se entender, como é que um Governador que se diz ser um advogado, acho que sim bacharel de direito, se diz ser jornalista, acho que é uma foga do jornalismo, porque também nunca exerceu essa profissão. Como advogado não tem petições e jamais compareceu aos fóruns e aos tribunais para peticionar quer no civil, no crime, família ou trabalhista. Parece-me que como jornalista se socorre do doutor e seu professor Benedito, que é o seu escriba oficial.

O Governador Roberto Requião de Mello e Silva se levantou contra a minha pessoa, porque eu comecei a cobrar aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que o seu irmão Eduardo Requião de Mello e Silva Superintendente do Porto de Paranaguá prestasse contas do dinheiro arrecadado com a varreção que é feita naquele porto. E o Eduardo Requião de Mello e Silva, um psiquiatra, que está lá dirigindo a Superintendência do Porto de Paranaguá, foi denunciado aqui, não pelo José Domingos Scarpellini, mas pela Superintendente do PROVOPAR, Sra. Lúcia Requião de Mello e Silva Arruda, que o denunciou por não remeter o dinheiro arrecadado com a venda da varreção. Aí o Governador, tomando as dores do seu irmão Eduardo, vem e faz uma acusação leviana contra a minha pessoa.

Acusa-me e eu venho aqui e me defendo. Apresentei ao Sr. Corregedor da Assembléia Deputado Luiz Accorsi a minha defesa, e nela, Sra. Presidente Cida Borghetti, eu coloco aqui apenas para poder esclarecer à Assembléia e para o povo do Paraná, que se ter processo é motivo de perder mandato, o Governador não teria exercido o primeiro mandato de Governador, o de senador e esse agora, porque a sua folha corrida bate bem a minha! Ele dá de disparada na minha!

E olha Governador Roberto Requião, se você estiver me assitindo, quero dizer-te o seguinte: S. Exa. não suporta ficar 13 anos, sem imunidade parlamentar, como este Deputado aqui! Eu fiquei um período longo sem imunidade e não fui para a cadeia; certamente, V. Exa. tem que se preocupar com a sua eleição ou de senador, o ano que vem, ou de Deputado, de Governador, que eu não acredito que o povo vá errar novamente. Aqui é o caso típico da repetição do raio: não cai na mesma árvore duas vezes. Se V. Exa. ficar sem mandato e por conseguinte sem imunidade e eu estiver na Comissão de Direitos Humanos, eu quero visitá-lo, para ver se estão trantando bem, apesar do seu curso superior.

Sra. Presidente e Srs. Deputados, eu digo, que quero visitá-lo, porque serei candidato à reeleição e vou buscar meu mandato, não prometendo acabar com o pedágio, conforme fez V. Exa., “ou baixa ou acaba o pedágio” e depois quer cassar o mandato de quem pede o cumprimento da palavra.

Quero ser, sim, candidato novamente, para ser uma voz destoante de uma maioria que, muitas vezes silenciosa, se opõe aos princípios adotados pelo atual governo, que prometeu revitalizar e rever o IPE para o funcionalismo público no Paraná e no entanto, não fez mais nenhuma palavra ou uma referência com relação ao IPE.

Quero, Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, estar aqui para ver o dia em que sua família vai pagar o IPTU da casa lá da Vicente Machado, nº 334, que está devendo nada mais nada menos que 133 mil reais e alguns centavos, de alguns quebrados, de IPTU. Essa casa pertence ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, ao Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, à Sra. Lúcia Requião de Mello e Silva Arruda, ao senhor Maurício Requião de Mello e Silva e ao Wallace Requião de Mello e Silva.

Se dependesse dos tributos pagos por essa família, a cidade de Curitiba não teria coleta de lixo, não teria iluminação, não teria varreção, não teria limpeza pública, porque faz anos que não pagam impostos. E o mais grave, é que mesmo não pagando os impostos, o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - a Prefeitura de Curitiba inscreveu em dívida ativa os devedores, mas, não executou - o que deveria fazer, porque é um dispositivo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, a inscrição em dívida ativa e execução imediata.

Assim não procedeu. E assim não procedendo, incorreu em crime de responsabilidade fiscal o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, porque diz a Lei de Responsabili-

dade Fiscal que o devedor tem que ser inscrito em dívida ativa e executado no ano seguinte. E não foi. E aí, gera uma suspeita de que o Governador atual tinha algum compromisso político com o Cássio Taniguchi. Tanto que naquela eleição de 2000, lançaram dois irmãos da família como candidatos à sucessão do Cássio. E aí facilitou a reeleição do Prefeito Cássio Taniguchi, porque dois irmãos dividiram a Oposição. Deputado, o Governador, que era senador à época, junto com seus irmãos, o Maurício Requião e o Eduardo Requião - que foi candidato pelo PDT - terminaram em não apoiar o candidato do PT, Ângelo Vanhoni. Só pode ser isto, porque senão, teriam executado este IPTU da família Roberto Requião de Mello e Silva.

Portanto, minha defesa, que encaminhei hoje, está calcada e sustentada juridicamente na tese de que foi uma coisa leviana o que o Governo encaminhou à Assembléia. Tal qual a promessa que ele fez para acabar com o pedágio, para revitalizar o IPE, de fazer uma gestão transparente no Porto de Paraguá e não faz! E nós temos visto o quanto o Governador Roberto Requião se preocupa com o Presidente da Câmara, o Deputado Severino, lá em Brasília.

O Severino veio ao Paraná e o Governador estava viajando. Quando chegou, ficou possesso da presença do Severino aqui, e aí eu cheguei à conclusão de que o Governador Roberto Requião ficou com medo da concorrência, porque o Presidente da Câmara dos Deputados é tido como nepótico, e a presença dele aqui poderia tirar o seu primeiro lugar no Brasil. Eu não vejo em nenhum lugar no Brasil, um Governador ou um Prefeito, que tenha tantos parentes nomeados em cargos como aqui no

Paraná tem o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Portanto, Governador Roberto Requião, ouça bem, o povo quer saber do pedágio, o povo quer saber do IPE, o funcionário público quer saber da revisão dos salários que você há muito tempo vem prometendo e não dá! O povo quer saber do Porto de Paranaguá, porque a economia do Paraná passa por lá e as exportações caíram! No ano passado, nesse período; este ano não passaram mais 45 mil por lá! O Porto e a cidade estão falidos por causa da administração do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, o homem que nós podemos chamar: “O burguês do Bigorrilho”, que agora está no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

### ***Encerramento da Sessão Ordinária:***

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 579/2003, 467/2004, 111, 171, 181, 190, 224, 240 e 256/2005.

Levanta-se a Sessão.